

nível

JOHANESBURGO – Discussão entre comunidades – Sessão 2 sobre os nomes geográficos no primeiro nível
Quinta-feira, 29 de junho, 2017 – 15:15 às 18:30 SAST
ICANN59 | Johannesburgo, África do Sul

AVRI DORIA: Estamos quase começando já. Esta é a segunda das sessões intercomunitárias sobre nomes geográficos a primeiro nível.

Eu sou Avri Doria, estou aqui com o co-presidente do grupo de trabalho sobre PDP dos procedimentos posteriores à introdução dos novos gTLDs, Jeff Neuman. Também David Fairman, Julia Golomb, que pertence ao consenso Building Institute, que trabalhou conosco essa semana para tentar entender todas essas questões e começar a trabalhar em prol de um consenso. Dou as boas-vindas a esta segunda discussão. É uma sala de conferências muito bonita. E não interessa o que aconteça hoje nesta reunião, vamos ter um coquetel no final. Eu passo a palavra a David.

DAVID FAIRMAN: Obrigado, Avri e Jeff. Sabemos que somos aqueles que separamos vocês dos coquetéis, das viagens, dos voos, da volta pra casa... estamos conscientes de que há muito interesse nesse tema dentro da comunidade da ICANN. Por isso, esperamos que

Observação: O conteúdo deste documento é produto resultante da transcrição de um arquivo de áudio para um arquivo de texto. Ainda levando em conta que a transcrição é fiel ao áudio na sua maior proporção, em alguns casos pode estar incompleta ou inexata por falta de fidelidade do áudio, bem como pode ter sido corrigida gramaticalmente para melhorar a qualidade e compreensão do texto. Esta transcrição é proporcionada como material adicional ao arquivo de áudio, mas não deve ser considerada como registro oficial.

estejam centrados e interessados nesse debate assim como for possível.

Hoje à tarde eu demonstrei os objetivos. Queremos, em primeiro lugar, ajudar a esclarecer alguns dos desafios principais que percebem algumas partes interessadas com relação à implementação de exposições que tem a ver com os nomes geográficos segundo o primeiro guia do solicitante. Depois, os co-presidentes querem oferecer um planejamento para conseguir uma liderança intercomunitária referida a estes temas de referência aos nomes geográficos.

Em terceiro lugar, queremos entrar em alguns dos assuntos internos que pareceriam que são comentários de inquietação apresentados pelas partes interessadas quanto à implementação das exposições sobre nomes geográficos e (ininteligível) solicitantes. E queremos explorar com maiores detalhes com vocês aqui como vamos trabalhar.

Vamos falar de alguns dos desafios e verificar com vocês se o que nós pensamos que são seus desafios realmente condiz com o que vocês pensam. Depois, vamos passar a uma conversa sobre a liderança intercomunitária. É importante para todos que estão aqui. E depois, também, iniciaremos as diferentes opções de assuntos e faremos um resumo de encerramento.

Para aqueles que estiveram aqui na terça-feira e aqueles que chegam hoje pela primeira vez, assim é que pensamos em concretizar e desenvolver essa conversa. Queremos despertar a sua curiosidade escutativa à disposição para fazer coisas; a abertura para escutar outros que estão em desacordo e a motivação para sugerir possibilidades que podem ser muito boas para atender às necessidades e preocupações das diferentes partes preocupadas na comunidade. Queremos também agradecer esse espírito e queremos...

O que eu vou fazer agora é apresentar como podemos (ininteligível) temos uma combinação de apresentadores entre os presidentes e eu, vamos demonstrar os diferentes segmentos e depois vamos fazer uma rodada para uma retroalimentação para conhecer as suas opiniões. Depois, vamos avançando por todos os assuntos. Temos aqui um microfone - eles estão identificados com diferentes números - então se quiserem fazer alguma intervenção, por favor, levantem a mão que vamos aproximar com os microfones. Terá um tempo limitado para as intervenções, então, por favor, tentem ser resumidos, não entrem em detalhes se querem dizer que estão de acordo com o comentário anterior. Tentem ser resumidos. E depois, vamos expor os pontos principais.

Vou apresentar de forma breve para tratar de demonstrar o que é que nós escutamos na equipe de CBI - porque somos novos - sobre a implementação do guia do solicitante, diferentes questões derivadas delas. E vocês podem dizer se nossa percepção é exata, clara, e o que mais deveríamos levar em conta. Eu vou começar reconhecendo - sem sugerir que exista alguma história para escrever - que há preocupações que se refletem quanto desenvolvimento do guia do solicitante. Algumas manifestam na terça-feira e outras em conversas que mantivemos com alguns de vocês. A boa vontade de todos. O desenvolvimento do guia do solicitante foi um processo que apresentou muitos desafios para integrar muitas recomendações de assessorias, de diferentes SOs, ACs, e era necessário também emitir algumas ideias e tomar decisões. Há pessoas que têm diferentes opiniões sobre quais foram as decisões que não foram tão acertadas, seja do ponto de vista do processo como da questão principal.

Então, assim, eu vou resumir reconhecendo que houve um pouco de incertezas e dúvidas, e que nem todos os assuntos foram tratados como a maioria queria. E, em definitivo, esse foi o guia do solicitante. Aqui aparece no papel. Agora, outro grupo de elementos, ou de temas, importantes tanto para hoje como

para o futuro que tem a ver com a implementação desse guia para o solicitante, como foi se implementando a partir de 2012.

Então, as principais preocupações que chegaram têm a ver com a previsibilidade, equidade e a clareza do processo, da aplicação do guia e das normas para o solicitante, que não era visto da mesma forma por todas as partes interessadas. Então, sabemos que há nomes de significados geográficos que muitos não consideram que estão de acordo com o que estabelece o guia do solicitante. Também, alguns governos que manifestaram que eles sentiam que a implementação do guia do solicitante, em especial, a outorga dos registros ao solicitante com promessas de que não seriam utilizados esses nomes para fins geográficos não dão garantias suficientes na prática de que, realmente, seriam respeitados esses compromissos depois do registro. Então, essas preocupações têm mais a ver com as solicitações que avançaram com interesses de chegar até o final do processo ou não, mas que foram avançando.

Por sua vez, houve algumas questões que nunca aconteceram. O que eu descreveria como interesses não realizados e não cumpridos. Alguns governos queriam que, em termos gerais, o guia para o solicitante protegesse mais alguns termos que eles consideram que tem um significado geográfico. Seja como não objeção ou requisito para alguma consulta precoce. E que eles

fossem estabelecidos de forma mais firme do que finalmente foi. E, finalmente, a ideia de que haviam alguns requisitos de não objeção aplicados a cidades que tinham que ser estendidos a outros nomes geográficos também, fora as cidades.

Há alguns solicitantes possíveis que queriam ter mais cadeias de caracteres com possíveis significados geográficos disponíveis para poder emitir sua solicitação em especial. Alguns as cadeias com três caracteres tomados da lista do ISSO 3166-1, entendendo que ali isso seria outorgado com o consentimento do governo. Em termos mais gerais, não só os solicitantes, mas os governos e também outros interessados no processo tinham e queriam ter maior transparência, previsibilidade e coerência na forma em que se aplica e se implementou o guia do solicitante.

Eu vou apresentar agora os temas que nós escutamos e que foram mencionados para que vocês digam se entendemos bem quais são as preocupações, se isso reflete os desafios, e se isso capta o interesse de vocês. Também queremos escutar os que pensam de forma contradita. Então, por favor, levantem a mão para opinar e alguém vai se aproximar com o microfone. Lembrem que vamos ter o cronômetro com dois minutos para cada um. Alguém quer fazer alguma manifestação? A pergunta seria: esse sistema reflete o que é significativo para vocês?

BENEDICTO FONSECA: Sou Benedicto Fonseca, do governo do Brasil. Para que constem nos registros, eu acho que devemos parabenizar por terem realizado essas consultas, mas também devo dizer que para os governos foi todo um desafio estar aí. Eu não sei se o senhor tem os registros, as Atas que demonstram todos os participantes das unidades constitutivas. Mas, para os governos a participação foi muito fraca, porque estávamos o tempo todo sentados nessa sala - eu suponho que outros também - dedicados a outras tarefas, mas, se me permite, eu diria que devemos colocar um pouco de pimenta para condimentar a situação, porque provavelmente isso não é uma amostra representativa das opiniões de todos.

DAVID FAIRMAN: Muito obrigado. De forma alguma estamos dizendo que esta é descrição final desses desafios. De fato, apresentamos para que os senhores digam o que está faltando aqui. Ou seja, eu convido a todos aqui para que modifiquem esses desafios, tirem alguns e coloquem outros. Se está perfeito seria maravilhoso, mas este é o momento para que os senhores participem.

nível

PT

FLIP PETILLION: Eu sou Flip Petillion, advogado da Bélgica. O que eu adicionaria à lista é uma referência à alguns princípios básicos que estão nos estatutos da ICANN. Por exemplo, o direito internacional, que se esperam que sejam respeitados, que se apliquem e que se cumpram. O princípio de boa-fé, equidade e transparência, mas isso já está incluído no slide. A qualquer momento neste exercício eu sugeriria que poderia se refletir se o processo ou o princípio identificador cumpra com esses princípios mais elevados que estão nos estatutos da ICANN.

DAVID FAIRMAN: Muito bem. Não podemos pensar que tudo isso está bem, lógico.

EMILY BARABAS: Esse é um comentário de um participante remoto, Robin Gross. Ela diz: “Também a liberdade, há preocupações importantes referidas à liberdade de expressão que não se refletem aqui. O princípio G da nova política gTLD diz que o solicitante tem direito de se manifestar a liberdade e que serão respeitados. E as pessoas têm direito aos termos geográficos de referência na internet. Os governos estão falando que outorgaram isso com nossa restrição da liberdade de expressão”.

nível

PT

DAVID FAIRMAN: Veremos se há mais alguma intervenção e, se não, passamos o microfone depois.

FLIP PETILLION: Eu esqueci outro assunto que queria sugerir e que poderia ser acrescentado aqui: Devemos fazer uma diferenciação entre as questões principais e as de forma dentro do processo. Se alguém faz uma pergunta, isso está certo, mas eu acho que não é suficiente dizer que cumprimos o processo para manejar uma objeção, uma contestação a uma determinada pergunta. Devemos estabelecer um equilíbrio entre as questões principais e as secundárias. E além disso, que as partes em uma discussão sobre um tema – qualquer um deles – podem esperar uma análise profunda, e não apenas se ajustar a um processo.

DAVID FAIRMAN: Eu vou fazer uma pergunta para ver se entende: se houvesse alguns princípios substanciais – porque o senhor falou alguns que tem haver mais com o processo, liberdade de expressão... isso tem a ver com a aplicação substancial. O senhor tem alguma outra lista de princípios que são fundamentais, fora esse de forma?

nível

PT

FLIP PETILLION: Por exemplo, não há margem de referência, elementos que possamos examinar para uma situação específica. É muito importante conhecer antes, se for possível. É um exercício difícil, mas pelo menos conhecer antes seria bom.

DAVID FAIRMAN: Microfone número um, por favor.

SUSAN PAYNE: Eu sou Susan Payne, trabalho com os solicitantes do novo gTLD da primeira rodada. O segundo ponto dele, eu quero destacar que com relação às cadeias de três caracteres o senhor diz que pode haver um uso não geográfico envolvido. Mas o slide parece querer dizer que sempre vamos ter uma não objeção dos governos. E se algum solicitante talvez queira utilizar essa cadeia de caracteres e talvez o queria utilizar porque coincide com o seu nome de marca ou porque se relaciona também com alguma sigla ou abreviação e, nesses casos, não acredito que eles tenham antecipação de solicitar uma objeção do governo.

DAVID FAIRMAN: Obrigado. A ideia de colocar entre parênteses era justamente mencionar que não era uma expectativa universal, mas obrigado por destacar isso.

nível

PT

THOMAS DeHANN: Eu sou Thomas DeHann, do governo holandês, eu acho que uma preocupação que não está na tela é a pergunta básica do PDP sobre nomes genéricos, especialmente para a categoria de nomes geográficos, que deveria ser a responsabilidade única da GNSO, e o PDP deveria ser unicamente o da GNSO. Porque a ccNSO e o GAC, segundo minha interpretação, tem partes interessadas que estão em pé de igualdade no processo.

DAVID FAIRMAN: O senhor está se referindo ao processo feito em 2012, ou se refere a processo olhando para o futuro?

THOMAS DeHANN: Eu estou me referindo às lições aprendidas e os novos conhecimentos.

DAVID FAIRMAN: Tivemos, na verdade, uma boa sessão na terça-feira e queremos ter a certeza de que todos vão embora com uma resposta satisfatória.

nível

PT

JONATHAN ROBINSON: Eu sou Jonathan Robinson, da Afilias. Eu quero dizer uma coisa que me surpreende especialmente, mas eu acho que é um reflexo fiel do que eu esperava, pois de certa forma eu gosto desse comentário feito pelo Flip Petilion a respeito do que teríamos que levar em conta aqui o respeito e o conhecimento dos princípios mais integradores da ICANN. E também se pensarmos um pouco na intervenção anterior, seria muito bom que, para com independência do processo, que esse processo seja aberto, inclusivo, e esperaríamos também que... se bem que eu sou participante do GNSO, seria lógico, então, o que estou dizendo. Lembramos que a GNSO leva adiante os processos abertos e que permite a participação de qualquer um.

DAVID FAIRMAN: E devemos reconhecer que em alguns minutos vamos falar do processo. Microfone número cinco.

PAUL McGRADY: Obrigado. Talvez, vou aprofundar um pouco mais, porque o guia do solicitante tem que ter transparência e ser coerente, mas inclui restrições a nomes geográficos que não se baseiam no direito internacional, que não tem base em qualquer política pública global, que restringe o nome do uso geográfico, porque não existe nenhuma jurisdição, mas que as jurisdições permitem

nível

PT

que as pessoas utilizem nomes geográficos o tempo todo. Então, tem que ser um guia do solicitante coerente, transparente, e que realmente pense os temas principais. Porque eu acho que, caso contrário, não seria amigável para o solicitante.

DAVID FAIRMAN:

Vejo aqui uma mão levantada, microfone número seis.

SEBASTIEN BACHOLLET:

Eu vou falar em Francês, espero que me entendam. Antes das perguntas apresentadas, há uma principal, que é: de que estamos falando? De que espaço estamos falando? Estamos falando dos códigos, dos códigos genéricos, códigos de país, ou estamos falando de alguma outra coisa? Porque se estamos falando dos códigos de extensão, porque estamos falando da GNSO e da ccNSO? Porque estamos falando do guia do solicitante, se bem a pergunta é um pouco mais genérica, mais abrangente, e não apenas a implementação do guia para o solicitante? Queria apresentar esse tema no começo da reunião, porque obviamente nos beneficiaria responder esta pergunta em primeiro lugar. Se todo o debate avança, continua, e consideramos os códigos de país, temos que saber bem qual é o ponto de partida.

nível

PT

DAVID FAIRMAN: Para a reunião de hoje, estamos procurando responder a pergunta específica sobre as questões da implementação do AGB 2012. E aqui a questão que você está levantado é mais amplamente sobre a conversa de domínios, e é boa. A verdade é se os caracteres de duas letras são...

AVRI DORIA: Bom, de todas as maneiras, o domínio de ccTLDs tem a ver com isso, não estamos falando sobre trabalhar mais sobre caracteres de duas letras, e por enquanto a definição é que os caracteres de duas letras são os ccTLDs, e o resto do espaço é da área de gTLDs. É só isso e vamos continuar trabalhando nesse sentido.

DAVID FAIRMAN: Obrigado. Vamos ver outras perguntas.

ALEXANDER SCHUBERT: Eu estou falando agora sobre a rodada de 2012, pois sempre alguém que solicitou uma cidade bem conhecida com Londres, Paris, Berlim, e obtive uma carta de não objeção e alguém também pede as mesmas cadeias para uma marca, então, faz sentido isso, mas isso não está incluído no manual. Então, eu

nível

PT

acho que quando se trata de uma localização bem conhecida, ela tem prioridade.

DAVID FAIRMAN: Agora, outra pergunta de Emily.

EMILY BARABAS: Em nome de James Blase, usuário da internet sem identificação ou conexão específica. “A precisão é difícil de avaliar, porque está formada de uma alegação geral. Não há exemplos concretos sobre as questões que agora deveriam justificar a elaboração de mais regras, ou a reelaboração das existentes em nomes geográficos em nível de TLD”.

DAVID FAIRMAN: Então, é reconhecer até que ponto e se alguém deseja trazer exemplos específicos e preocupações sobre essa questão levantada.

JORGE CANCIO: Jorge Cancio, da Suíça. Eu quero aqui chamar a atenção sobre essa distinção entre espaço gTLD e ccTLD. Não é muito claro e uma questão que é muito discutida. Há diferentes discussões e eu me refiro aqui a um RFC, que foi do último milênio, em que

nível

PT

tínhamos cinco TLDs genéricos só e ccTLDs que, naquela época em que não havia expansão nenhuma no espaço de gTLDs, existiam esses códigos de duas letras. Então devemos colocar isso em contexto, e especialmente quando Jon Postel falou que ele adicionou a esta classificação e a apoiou. Não é provável que o espaço TLD seja amplificado, devemos lembrar isso. É uma história longa, com disputas, e é também o motivo pelo qual em 2012 os códigos de países e nomes de territórios representam também suas abreviações, que também são códigos de três letras que foram excluídos do AGB depois de conversas com governos e também com a ccNSO. Podemos observar um pouco a história das comunicações e, para esclarecer isso, tivemos uma conversa entre as diferentes comunidades. Devemos respeitar as perspectivas de todas as comunidades.

JEFF NEUMAN:

Então, eu acho que vamos ter um desacordo sobre o que constitui um ccTLD e um gTLD, e temos sim duas organizações de apoio, temos a cCLSE com os códigos de país de topo, a gNE também com domínios de topo e todos os (ininteligível) incluindo cidades em que foram alocadas todas as regras que foram feitas previamente e aprovadas por consenso em 2000 na comunidade. São todas essas aí, o que estamos tentando fazer aqui é resolver problemas que tivemos com o manual. Podemos

passar a próxima hora falando sobre a organização, acho que esse é o espaço pra isso, mas também deveremos utilizar essa oportunidade na qual estamos juntos para falar sobre problemas que tivemos especificamente com o programa de novos gTLDs.

Eu não sei se esses problemas têm a ver, porque temos duas organizações, mas porque eu vi solicitantes que confundiram as políticas e também governos que se confundiram com o que estava no manual. E tivemos muitas confusões, muitos desafios – não confusões, eu diria mais desafios – e diferentes interpretações também. Então, o que nós estamos tentando fazer agora é tentar esquecer isso, tentar agora ter uma conversa para elaborar isso ainda mais nesse contexto e falar mais sobre o processo de elaboração de políticas, mas para essa sessão em especial poderíamos focar-nos nos desafios que tivemos nos processos para chegar até o presente, e também nos que temos para o futuro.

E isso vai ser muito positivo, porque como grupo ou organização qualquer que for, essas questões são importantes, vão avançar, e depois poderíamos falar sobre processos e avançar um pouco sobre essa questão.

nível

PT

DAVID FAIRMAN: Muito obrigado.

BENEDICTO FONSECA: Brevemente, eu concordo com o que disse o colega da Suíça. Falar sobre conteúdo é muito importante e nós queremos fazê-lo, é útil, mas o marco de fazer isso também é importante. Deve ser um marco legítimo também. Acho que por enquanto todos nós temos concordado sobre o fato de que o marco para matar essa questão deveria envolver também em pé de igualdade o GNSO, a ccNSO e o GAC.

PIERRE BONIS: Eu queria lembrar que esse PDP da GNSO e o grupo de trabalho deles que trabalhou tanto – e eu sei bem disso – e que realmente fizeram melhorias e relatórios muito importantes do CCWG, inclusive eu vi algo há alguns dias e que no final observamos que havia várias partes que não tinham alcançado consenso sobre o que as diferentes comunidades querem fazer dentro da ICANN quando a esses códigos de país. E é por isso que essa questão, a questão do marco da discussão está tão presente aqui. Porque quando temos um grupo de diferentes comunidades que não alcança o consenso e que decide fazer um PDP de uma organização na ICANN, pode acontecer que outras comunidades

nível

PT

não se sintam satisfeitas com essa resolução. E essa é uma questão que deve ser conversada. E há problemas específicos que surgiram durante o manual de 2010 e para os nomes geográficos. Houve problemas que foram resolvidos, mas a primeira...

Se observamos, por exemplo, uma cidade, uma autoridade, vamos visitar essa cidade a autoridade explica como isso funciona; nós devemos explicar bem profundamente de que se trata essa questão dos dois caracteres. Isso vai ficar ainda mais com caracteres de duas letras.

DAVID FAIRMAN:

Obrigado. Temos mais perguntas na sala?

EMILY BARABAS:

Há três comentários de participantes remotos, o primeiro é de Martin Sutton. O uso de nomes geográficos não deve ficar limitado no nível de topo para solicitantes que têm marca registrada coincidente. Portanto, eu uso o TLD de representar termo geográfico, e se não houver conflito com o direito nacional ou internacional. Isso deveria incluir cadeias de três caracteres.

A outra pergunta é de Christopher Wilkinson, a título pessoal. Precisamos de entidades de grupos de diferentes comunidades com uma presidência e colaboradores neutros. O terceiro comentário é de Robin Gross, do setor não comercial, também sobre estatutos da ICANN que exigem uma política gTLD que seja feita de forma de baixo para cima, de forma a não infringir os estatutos da ICANN.

HEATHER FORREST:

Houve uma série de (ininteligível) porque o grupo de frente das comunidades não conseguiu avançar, e um dos motivos é que esse grupo teve um trabalho, uma incumbência muito limitada. E uma das recomendações que concordamos, que é o que é bastante importante nesses grupos, foi que o escopo era muito limitando quanto a nomes de países e territórios e que, realmente, não estávamos sendo produtivos e que precisamos fazer mais esforços. Tentamos encontrar soluções e realmente isso foi muito bom. Elogiamos os esforços, porque esse grupo chegou à conclusão de que o fato de termos diferentes esforços e trabalhos em andamento paralelamente e as vezes com conflitos quanto aos horários realmente foi muito negativo para o trabalho do grupo. É isso que eu queria lembrar aqui nessa sala com pessoas das diferentes comunidades.

DAVID FAIRMAN:

Muito obrigado. Eu quero reconhecer que aqui há muita necessidade na sala para falar sobre o processo de resolução desses problemas, mas agora eu quero voltar para a pergunta do momento: se houve algum tipo de problema com a aplicação ou implementação do manual em 2012? Eu tenho ouvido pessoas que disseram sim, houve problemas, e temos esses que estão aqui no slide que refletem um pouco o que a comunidade considera, e também houve quem solicitasse que esses exemplos fossem mais específicos. Também ouvimos uma série de comentários feitos sobre problemas com o manual de 2012 que são princípios muito abrangentes e que não refletem bem a questão da implementação. Também tivemos algumas opiniões sobre a questão do status de diferentes formas de consentimento e se elas foram bem recebidas ou não para os solicitantes.

São problemas que foram mencionados além dos problemas que eu apresentei aqui no slide. Mas além disso, eu quero pedir que vocês pensem um pouco a partir dessa conversa. Hoje eu não vi ninguém dizendo: “não houve problema nenhum quando implementamos o manual”. Então, eu queria mencionar isso. E quero que vocês mencionem ainda mais, porque esse é o momento, aproveitem a oportunidade,

nível

PT

SEBASTIEN DUCOS: Eu vou repetir o que disse outro dia: houve problemas, mas pelo menos são problemas conhecidos. Aqui o problema seria que reinventemos esse manual. Vamos ter novos problemas a partir da nova versão, sim, há problemas, há detalhes, mas pelo menos são problemas conhecidos por todos nós.

DAVID FAIRMAN: Muito bem. Então, vocês veem que nós reconhecemos que há alguns problemas e que estamos tentando testar e sentir o que o pessoal sente. E vamos dar um passo aqui, vou passar o microfone para o Jeff para falar sobre o processo.

JEFF NEUMAN: Obrigado por essa introdução. Já sabemos bem sobre esses problemas nos processos. Nós queríamos comentar que somos conscientes sobre esses problemas e também quero comentar sobre o que Avri e eu queremos fazer. Nós queremos propor uma via futura pela qual esperamos poder resolver suas preocupações e, primeiro, queremos criar a via de trabalho número cinco, que tem a ver com PDPs de nomes geográficos, e os futuros procedimentos com um mandato claro de resolver questões chaves de nomes geográficos e procurar consenso.

Aqui, o representante do Brasil destacou que deveria ser um grupo bem balanceado, eu concordo 100%. E as regras do PDP

são flexíveis e nos permitem adaptar esses grupos e subgrupos de trabalho de maneira a termos liderança equilibrada de cada um dos grupos. Isso, como acontece também com o grupo das diferentes comunidades, que todos os grupos tenham liderança, pé de igualdade, que trabalhem de forma igualitária. Talvez vocês possam escolher um co-líder selecionado pela GNSO, outro selecionado pelo GAC, outro pela ccNSO e outro pelo ALAC.

O que nós queremos é assegurar uma participação forte e equilibrada, sem limite de quantidade de pessoas. E temos ouvido preocupações nesta semana sobre a quantidade de representantes de uma organização ou de outra, da falta de equilíbrio entre elas... então, o que queremos agora é que exista representação oficial. Por exemplo: cinco membros do GAC de cada um dessas regiões; cinco da ALAC; cinco da ccNSO; e cinco da GNSO, de maneira a termos realmente uma excelente representação, bem equilibrada e justa.

E eu quero destacar que a GNSO em geral não vota, os grupos de trabalho de PDP da GNSO, determinados em consenso e depois eu vou falar sobre isso. Se nós precisamos fazer um tipo de votação com substitutos – em geral não fazemos isso, mas se fizermos, nos comprometemos a ter esses representantes para que possam votar como substitutos. Isso em pé de igualdade

com representação igual. Então, em geral, tentamos determinar em consenso.

No mundo da GNSO fazemos muito isso, sempre procuramos ter muita participação de todos: membros da ALAC, GAC e GNSO, e não medimos isso por quantidade de pessoas, se há 100 pessoas dos registros e duas pessoas do grupo de propriedade intelectual, por exemplo. Então, nesse caso, não dizemos: “houve 100 pessoas a favor e duas contra”, mas o que fazemos é votar em nome de grupos, representação de grupos... (ininteligível) escutamos nessa reunião e em outras prévias que o GAC quer participar dos processos de desenvolvimento de políticas. Estamos de acordo. Estamos muito de acordo, por isso estamos dando os espaços, porque nós sabemos que está situação não apenas afeta a GNSO, afeta também a ccNSO, o GAC, a ALAC e também talvez eu esteja esquecendo algum outro grupo que quer também estar envolvido. Mas nesse sentido queremos habilitar esta participação. Então, pelas questões que já escutamos, que eram de preocupação ou que geravam preocupação fazendo parte de um PDP da GNSO, nos encantaria, adoráramos escutar suas opiniões sobre como podemos estruturar esse trabalho, como podemos avançar, qualquer preocupação que vocês tiverem, porque isso eu falo com total sinceridade: estamos verdadeiramente interessados

nível

PT

em criar o âmbito adequado para que todos se sintam confortáveis para que participem de forma tal que consigamos resolver as questões. Abra o microfone para a sala.

DAVID FAIRMAN: Por favor, microfone cinco, se identifique.

HEATHER FORREST: Eu sou Heather Forrest, obrigado Jeff. Queria falar agora da minha condição de vice-presidente do conselho da GNSO, e talvez reiterar para aqueles que não estiveram na nossa reunião com o GAC a nossa vontade de escutar a comunidade a respeito das suas preocupações do ponto de vista da representação dentro desse processo. Eu acho que o Jeff já mencionou alguns dos inconvenientes que detectamos no nosso grupo de trabalho intercomunitário sobre o uso de nomes de países e territórios especificamente no que tem a ver com a representação, e percebemos que não é suficiente manifestar que os PDPs estão abertos a todos.

Em nossa reunião com GAC, percebemos que tínhamos e temos que fazer um pouco de pensamento criativo de maneira conjunta com a comunidade da GNSO para ver como podemos chegar e conseguir a participação de todas as outras representações da comunidade para que exista um espírito de

nível

PT

que todos participamos e de que não é um PDP da GNSO, para que não fique essa ideia de que um PDP está dominado pela GNSO. E eu acho que é muito lamentável que tenhamos essas ideias, e temos que tentar quebrar algumas dessas concepções erradas. Não falo em nome do conselho, nem em nome de outras autoridades do conselho, mas eu acho que com essa mentalidade, devo receber com agrado os esforços que estão sendo feitos aqui.

DAVID FAIRMAN:

Microfone número quarto, depois o dois.

ALAN GREENBERG:

Sou Alan Greenberg, presidente da ALAC, a nível pessoal. Eu suponho que vou me alinhar com alguns dos pensamentos das pessoas da ALAC. O senhor disse que isto podia ser dirigido de forma igualitária e que todos os votos deveriam ser equilibrados levando em conta os participantes. Também falou da área de trabalho cinco, que iria passar uma plenária do PDP. Está também se comprometendo a dizer que há algumas recomendações desse grupo que vão ser respeitadas?

JEFF NEUMAN: É uma boa pergunta. O que eu diria é que toda recomendação que surja da área de trabalho cinco poderia alimentar alguns dos outros processos em outros grupos. Estas recomendações seriam elaboradas e esperaríamos a sua discussão no pleno dentro do GAC para receber, também, suas recomendações, e também ALAC poderia dar suas recomendações depois; a ccNSO, porque não? Até poderia utilizar esses processos para dar suas recomendações.

Eu não quero assumir um compromisso em nome de todo o grupo de trabalho, exceto que vou remeter esta pergunta ao grupo para ver se é uma coisa aceitável para eles. Agora, falando da perspectiva individual e pessoal, quando a pessoa conduz um grupo de trabalho, essa seria a minha recomendação: que esse grupo de trabalho adote as recomendações em conjunto e depois transmita ao boad para que, por sua vez, passe a outro setor. Mas eu não posso prometer nada. Não posso prometer que isso vá correr. O que posso dizer é que vou me esforçar para que isso seja assim.

AVRI DORIA: Eu não imagino que sejamos suficientemente tolos para... se temos a cooperação e o trabalho real de toda a comunidade, onde se destroem as barreiras que nos separam em silos, que depois demos as costas às conclusões que possamos chegar de

nível

PT

forma cooperativa. Imagine qual seria a reação da comunidade se assim acontecesse. Se não houvesse estatutos poderia acontecer, mas temos o CCWG. Não pode existir uma garantia, mas eu não imagino que pudéssemos terminar nessa loucura e fazer semelhante processo para depois negar.

DAVID FAIRMAN: Muito bem, passamos a uma pergunta vinculada ao ponto anterior.

ALAN GREENBERG: O seguinte passo seria a garantia da situação pelo conselho. A diferença entre o CCWG é que os resultados (ininteligível) do grupo se o board não pode agir a menos que eles sejam uma das partes. Há algumas diferenças sutis a respeito.

DAVID FAIRMAN: Muito bem, Jeff.

JEFF NEUMAN: No CCWG, deveria ter sido aprovado por causa do grupo? Se a ccNSO, ALAC, ou a GNSO dizem que não, embora os outros aceitem, ou seja, votem de forma negativa, teríamos essa situação. O senhor fala de uma preocupação quanto à carta

orgânica. Se nós mencionarmos que já elaboramos ou definimos o alcance de trabalho para esta área, para este grupo número cinco e depois temos a certeza de que cada grupo aprove essas moções... eu não quero falar de carta orgânica porque isso definiria a todo o grupo, mas poderia falar de que se defina o alcance do trabalho. Isso seria uma coisa que deixaria o senhor mais confortável?

DAVID FAIRMAN: Está fazendo uma pergunta? Alan, pode responder?

ALAN GREENBERG: É uma discussão interessante dentro da ALAC. Eu não sei qual será o resultado dessa convenção, mas todos os níveis de garantias importam.

DAVID FAIRMAN: Número dois, número cinco e depois aqui.

JORGE CANCIO: Jorge Cancio, do governo da Suíça. Eu não sei como manejar a questão do tempo, mas esta proposta supõe que todos os temas caem no âmbito de incumbência da GNSO, e isso é uma coisa que está sendo discutida ainda. Questionando então se estamos

adiantando. Precisamos ter uma discussão intercomunitária sobre esse ponto e, depois, decidir como e onde podemos definir as diferentes questões. Não podemos falar de um subgrupo de grupos de trabalho do PDP da GNSO com base em confiança pessoal dos copresidentes. Claro que são muito confiáveis, mas isso significa que há uma série de princípios que não estão claros e que podem ter suas consequências. Por exemplo, se passando pelo processo de desenvolvimento de políticas da GNSO, cabe a isso porque vão se aplicar as políticas típicas da GNSO para esses gTLDs que vão sair daí. Por sua vez, se temos implementadas todas as garantias e realmente estamos tentando conformar o CCWG, porque não conformar um verdadeiro CCWG?

Se funciona como um pato, se nada como um pato, então peguemos esse pato e não um pintinho ou uma pomba. Se, na verdade, tem aspectos de pato, utilizamos um pato, não um pombo. Então procuramos o que é real e tentamos resolver as questões preliminares pelo menos. Se temos que falar desse assunto, quando devemos falar e como devemos falar.

DAVID FAIRMAN:

Jeff e colegas, eu quero lembrar que talvez queiram esperar vários comentários para depois responder.

AVRI DORIA:

Não, está bom assim. Eu entendo o desejo de ter uma discussão mais ampla. Por enquanto temos estatutos que definem quais são nossas responsabilidades. Há uma carta orgânica no grupo de trabalho que indica que temos uma série de questões para resolver. Decidimos que para resolve-las podemos recorrer à comunidade e ter essa discussão. Se existe o desejo entre alguns grupos que estejam aqui de fazer uma petição perante o board, ou perante quem corresponda para ter outro tipo de discussão, isso não está dentro do que nós podemos controlar. O que podemos controlar é tomar o PDP, que tem a ver com a carta orgânica, que define as funções específicas da GNSO e tentar lhe responder da melhor forma possível.

Falando e discutindo com vocês; mantendo estas conversas. E vamos continuar tentando trabalhar assim. Se não está dentro do nosso poder, dentro do âmbito do trabalho, mudar ou reatribuir os estatutos. O nosso mandato está restrito a esse trabalho que temos que fazer. Ou seja, está bem falar que deveríamos trabalhar de outra forma, ou que os senhores gostariam de ter outra realidade diferente. Em algum momento, talvez, isso possa se concretizar. Eu não sei. Mas quanto à atribuição do trabalho, separação e divisão de responsabilidades e cargos tal como estão apresentadas agora,

nível

PT

eu acho que devemos fazer essa tarefa e queremos acabar com ela com um trabalho conjunto.

DAVID FAIRMAN:

Permita o Jeff responder. E talvez voltemos a palavra do colega da Suíça.

JEFF NEUMAN:

A única coisa que eu posso acrescentar é que nesse momento nos estatutos da ICANN não existe um CCWG ou coisa assim. Este é um veículo que se utilizou para formular recomendações sobre determinados temas, como prestação de contas. Mas quando falamos de políticas que afetam os gTLDs, o único veículo que nós temos – ou seja, Avri e eu – é o processo de desenvolvimento de políticas da GNSO.

Se é uma questão maior – e como parecia ser esse caso – talvez o board poderia tratar essa questão. Não seria uma coisa que nós podemos falar, porque essas posições estão claras, mas talvez poderíamos precisar para satisfazer completamente a todos uma determinação do board da ICANN com respeito à jurisdição de cada um das CCOIAC. Isso poderia levar um pouco de tempo.

nível

PT

Enquanto isso, continua sendo em situações substanciais que devemos tratar. Estamos recorrendo a vocês, a comunidade, como vocês pediram antes, para ver se podemos tratar esses temas com independência do título que tenha o grupo. Para que todos possamos avançar e agir como um órgão que representa múltiplas partes interessadas, ou multisetorial.

DAVID FAIRMAN: Passo a palavra ao Jorge Cancio, o representante da Suíça depois. Voltaremos ao microfone seis e depois o cinco.

ASHLEY HEINEMAN: Ashley Heineman, do governo dos Estados Unidos, representante do GAC. Eu quero reconhecer pelo menos qual é a minha interpretação do que eu vejo que é um esforço de boa vontade e agradeço, realmente. Não estou falando em nome do GAC, mas eu sei que muitos de nós dentro do GAC destacamos em várias oportunidades que queríamos ter uma participação efetiva nos processos de PDP. Valorizo que vocês considerem esta proposta uma possível forma de ter uma participação efetiva por parte do GAC dentro desse processo. Espero que todos possamos considerar e provar essa metodologia. Mas eu tenho uma pergunta, porque eu preciso de um esclarecimento, embora eu saiba qual é a resposta quando falando de quatro

nível

PT

representantes de um coliderança, estamos falando dos líderes, mas não limita a participação ao PDP. E com respeito, manter o aspecto intercomunitário, talvez podemos programas as sessões de alguma forma para que o GAC possa participar nas conversas reconhecendo que isso vai ser parte de um processo de PDP, mas mantendo esse caráter intercomunitário para que todos possam participar. Obrigado.

DAVID FAIRMAN: Algun comentário em resposta?

JEFF NEUMAN: Sim, obrigado, Ashley. Acho que a coliderança é para os representantes, mas o grupo está aberto para todos. Eu entendo que falar a respeito dos prazos na forma na qual se trabalha é que as autoridades dessa área de trabalho são as que definem o cronograma e agenda. Não é uma questão que Avri, eu e o grupo de trabalho do PDP em sua totalidade pode controlar.

DAVID FAIRMAN: Microfone número cinco, por favor.

nível

PT

LORI SCHULMAN:

Meu nome é Lori Schulman, falo a nível pessoal, porque é a primeira vez que nos vemos, então eu não tenho uma opinião da minha organização, é a primeira participação. Então, a minha ideia é de esperança, a minha sensação, eu quero apoiar que os copresidentes tenham uma solução, porque eu acho que é um bom começo dentro do espírito da comunidade, porque depois da transição da IANA eu acho que uma vez que conseguimos fazer isso, vamos poder fazer o outro também.

Eu vou começar com o meu comentário e depois eu quero fazer uma pergunta. O comentário é: na base do que observou o representante da Suíça, entendo, sim, que o CCWG pode falar como um pato, parecer um pato, mas não entendo muito bem como podemos começar com esta área de trabalho se não encontramos outra forma, outro procedimento de trabalhar com ele. Porque não gostaria de ver que o trabalho fique paralisado, porque não podemos entrar em acordo.

Acho que não poderíamos avançar como comunidade.

Agora, a pergunta: eu acompanho muitos temas dentro da ICANN, não entendo o que os senhores chamam de nome geográfico hard-core. O que entendo de outros trabalhos que existem, outros grupos, é que pode existir essa questão das duas letras em primeiro nível, em segundo nível... esse trabalho vai substituir o trabalho que está sendo realizado em outras áreas

nível

PT

da comunidade ou vai entrar em acordo com esses trabalhos? Como é o paralelo? A respeito também das outras perguntas que também aparecem em outros fóruns.

DAVID FAIRMAN:

Obrigado, Lori. A respeito da pergunta, neste momento nós vamos um pouco para traz. Existe um grupo de trabalho intercomunitários sobre o uso dos nomes de países e territórios. Estão terminando seu relatório, acho que tem também completado seu trabalho. Há outro grupo dentro do GAC que se chama... não lembro o nome, mas tem a ver com o grupo de trabalho geográfico, alguma coisa assim, que também está falando deste tema, mas este é um grupo interno, dentro do GAC. E claro que todos os grupos internos podem continuar funcionando. Neste momento, este tema está dentro da nossa carta orgânica e tem a ver com a carta orgânica dos PDPs dos procedimentos posteriores. Isso demonstra que não há outro esforço da GNSO, nem outro esforço intercomunitário.

Então, não há superposição com outro grupo.

DAVID FAIRMAN:

Microfone número um e número dois.

nível

PT

THOMAS De HANN: Thomas De Hann, representante dos Países Baixos. Eu quero falar sobre este pato, que não é um pombinho, mas um pato bastante grande. Me surpreende o reflexo conservador que, se não está nos estatutos, não podemos fazer nada. Eu respeito as normas, os estatutos, mas vimos com o CCWG que podemos ser criativos dentro da carta orgânica e dentro dos grupos. Então, eu acho que, bom, tentar ter alguma organização com carta orgânica, que existam acordos com tomadas de decisões, mas sabemos que é um PDP dentro da GNSO. Mas sejamos criativos em outros aspectos.

DAVID FAIRMAN: Obrigado, é outra sugestão interessante. Agradeço, vamos levar em conta.

JORGE CANCIO: Jorge Cancio, governo Suíço. Lamento tomar a palavra novamente, mas eu acho que temos que deixar bem claro que não se trata apenas de uma coisa que tem a ver com os processos que podemos ter.

É importante, então, analisar qual é toda a rota que faz a CNSO chegar a um marco de política global específico, e quais são as regulamentações que regem os acordos contratuais que se adequam a eles. Porque de alguma forma, quando falando de

nível

PT

gTLDs, e já falamos desses temas quando falamos dos nomes de cidades, quando temos um objetivo de um país, como acontece com a Suíça, porque temos que continuar com a mesma extensão de um domínio global de alto nível com este tipo de políticas e marcos de trabalho se o TLD comunitário é local, porque atende a uma comunidade local.

Então, vamos à questão central desse problema: por que o .CH para a Suíça não tem a obrigação de ter um acordo contratual com a ICANN e pode fixar a sua política a nível nacional, e por que o nome do país .SUIÇA tem que ser regido por todas as políticas e marcos da GNSO? Esse seria o limite. Temos que debater sobre esse aspecto em um grupo intercomunitário real. É um pato real.

DAVID FAIRMAN: Muito obrigado, Jorge.

JEFF NEUMAN: Os problemas que você destacou sobre qual é a definição de um GTLD versus uma definição de um ccTLD... existe potencialmente outros tipos de domínio que, atualmente, não estejam contemplados nos estatutos ou no marco? Eu entendo bem disso, mas no nosso grupo não podemos responder se algo é um ccTLD ou um gTLD. Em teoria, podemos, sim, em outro

âmbito, mas no nosso grupo estamos analisando se um gTLD realmente existe. Essas são as regras. E se nós pensarmos se isso tem a ver com responder as comunidades locais se isso faz sentido, mas também poderíamos dizer que ponto forma-se, e pode responder à comunidade das farmácias ou drogarias que sim, há muitas regras e restrições. Então, não podemos, por enquanto, fazer isso quanto a GNSO.

E um tipo de pergunta constitucional, eu acho que se for desejado, isso poderia ser apresentado na diretoria da ICANN. Mas eu insto vocês categoricamente a aproveitar esse trabalho. E esse trabalho vai ser feito dentro do âmbito da GNSO e eu peço por favor que nos ajudem e participem. Além disso, devemos tentar ver quais são as preocupações específicas.

Não podemos responder essas perguntas, se algo é um ccTLD ou um gTLD. Isso é só aqui para que fique registrado, eu entendo. O GAC acha que essa é uma questão... ou o ccNSO também, eu peço esclarecimentos sobre esse ponto, por favor.

DAVID FAIRMAN:

Colega da Suíça.

JORGE CANCIO:

Não, aqui eu não estou representado o GAC como um todo. Essa proposta surgiu hoje à tarde como vocês sabem, então não sabemos ainda qual será nossa postura. Mas sim, nós sabemos que há uma recomendação pendente das preparações e prévias que especificam que esses tipos de nomes de país ou território de abreviaturas de três letras que os representam não deveriam ser tratados pelo espaço de gTLDs em princípio. E vocês já sabem disso porque vocês tiveram nas deliberações do grupo intercomunitário. Sabemos que a ccNSO tem algo a dizer sobre isso. Vocês são os copresidentes do grupo do PDP, eu entendo que vocês são só isso, mas nós não podemos não ver o que está acontecendo a nossa volta, e isso significa que se vocês seguem um caminho e dizer “esse é o meu caminho, a minha estrada”. Tudo bem, isso parece muito bonito, mas há certas hipóteses que não devem ser assumidas. Hipóteses que poderiam nos levar a ter um destino final, e essa é uma prática que nós não podemos fazer agora.

Porque não podemos ter um CCWG por um período breve, de seis meses, por exemplo, para analisar conjuntamente como pares, e não como parte de um público. É sobre quais desses assuntos podem ser.

nível

PT

DAVID FAIRMAN: Antes da resposta da Avri, temos vários microfones já habilitados. Mas antes a Avri.

AVRI DORIA: Eu preciso responder isso. Devemos admitir as limitações que temos. Primeiramente em um CCWG nós tentamos isso, isso não mudou a situação atual, e por isso continuamos dessa maneira. Agora, se o CCWG alcançasse o consenso da comunidade para outras coisas, então teríamos uma conversa diferente. Mas isso não foi possível.

Também eu queria solicitar e perguntar qual é a recomendação do GAC que foi aceita pela diretoria que declara que esses aí já não são gTLDs. Eu nunca tinha ouvido isso. Isso é notícia para mim, nunca tinha ouvido. Então, peço por favor que esclareçam isso, porque estou muito confusa com essa questão.

DAVID FAIRMAN: Jorge, por favor, explique.

JORGE CANCIO: Isso indica que nós precisamos conversar mais profundamente como pares para evitar essas diferenças. Estamos falando aqui não do board, mas da comunidade. Diferentes partes da comunidade. E o que é que board fez? No manual do solicitante,

depois eu vi a CNSO e o GAC, esse manual nos excluiu. Excluiu esses nomes do AGB. Então, havia algum tipo de aceitação aqui. Então, se realmente nós desejamos entender-nos mutuamente, isso não pode ser alcançado hoje à tarde. Devemos nos esforçar mais e trabalhar em uma via de CCWG em que todos nós nos sintamos à vontade e o resto dos grupos intercomunitários falaram sobre essa questão, depois votaram e alcançaram um consenso.

Se não alcançaram um consenso, só tomaremos uma parte das possibilidades, vocês acham, e também esqueceremos o resto? Não, eu acho que não, que isso não é bem assim. Há outros problemas. Vocês os conhecem, nós também, é o que aconteceu nos últimos anos. Como foi a transição da IANA, a questão da prestação de contas da ICANN, o GAC, que não era uma organização constitutiva, não tinham um copresidente com o CCWG... mas agora as coisas são diferentes e devemos fazer as coisas corretamente. Essa é a minha perspectiva.

DAVID FAIRMAN:

Muito obrigado. Temos agora outras intervenções, já temos ouvido diferentes posições. Eu não quero ouvir repetições. Primeiramente, existe um PDP sobre procedimentos subsequentes, sobre os auspícios do GNSO, que deve ver o uso

dos nomes geográficos de topo, e existe uma proposta dos copresidente para que esse processo seja bem inclusivo.

E segundo, existe um acordo em princípio no sentido de que se há um esforço de diferentes comunidades através das questões, essa seria uma boa ideia.

Em terceiro lugar, existe uma pergunta séria que vai além do âmbito do PDP particular, desse PDP, e que tem a ver com o melhor formato, o fórum e o processo em suas estruturas para um trabalho entre diferentes comunidades. Que seja um grupo de trabalho ou outro formato. E isso não está acontecendo agora, pode ser para o futuro.

O colega dos Países Baixos fez uma sugestão interessante sobre isso. São perguntas legítimas, não vamos responde-las agora. Mais alguma proposta? Mas para que repetir essas três coisas? Elas já ficaram claras, há um PDP, há um trabalho de diferentes comunidades que pode ser uma boa ideia, e é uma pergunta aberta que determina se esse esforço entre comunidades é o melhor para esse PDP ou não.

BENEDICTO FONSECA: Benedicto Fonseca, do Brasil. Eu não quero realmente polemizar com o seu resumo, acho que há um entendimento bem claro dos benefícios de fornecer contribuições antecipadamente, isso

seria muito bom, seria positivo, e por outra parte há alguns problemas potenciais, desafios sobre esse assunto particular de discussão.

Essa não é uma questão que deva ser resolvida agora, essa seria a forma correta de trabalhar, e o formato, apesar do fato de termos uma coliderança, também é uma preocupação. O formato. Porque isto poderia estar filtrado pelo conselho, então... o GAC, por exemplo, não está engajado nisso. Entre as reuniões que tivemos na terça e hoje, estivemos envolvidos em uma série de questões e discussões. Não houve maneira de que o GAC pudesse refletir e fazer algum tipo de comentário exaustivo ou sisudo.

Então, tivemos uma sessão, sim, para falar sobre prioridades, estavam todos os SOs, houve queixas sobre termos coisas e pessoas e etcetera. Então, pelo o que eu entendo, para esta reunião, sim, sabemos que não vamos conversar agora sobre isso, mas acho que...

Vou perguntar uma coisa: o que você acha que seria o resultado dessa discussão hoje, no final dessa reunião? Que expectativas você tem sobre resultados? Vamos digerir tudo que foi dito aqui e depois trazer propostas?

Eu sei que você é o moderador e que você quer ter o resultado, mas eu acho que precisamos de mais tempo para chegar à conclusões e resultados mais concretos.

JEFF NEUMAN:

Muito obrigado, nossa proposta para continuar seria fazer uma convocatória logo, agora, para que vocês selecionem os líderes de cada organização e depois os co-líderes se reuniram e falaram sobre os processos e sobre qual seria a via de trabalho, e também sobre qual seria um estatuto, ou um escopo de trabalho aceitável. Esse seria um plano.

Avri e eu, e também em nome do grupo de trabalho, temos um processo pelo qual devemos responder essas perguntas. Nós poderíamos ter feito isso dentro do nosso grupo, mas a nossa esperança era termos um processo mais inclusivo, um ambiente mais inclusivo. Nada que aconteça com esse PDP vai evitar que o GAC faça recomendações e, em qualquer momento, ou também a ccNSO... então, eu quero sacar isso. Vocês têm flexibilidade.

E só para os registros, eu queria dizer que também foi mencionado que esse grupo faz o trabalho e isso depois passa pelo filtro da GNSO. Não, isso não é bem assim. Eu tenho trabalhado muito com PDP, e o conselho não é um filtro. Nosso

nível

PT

papel é administrar o processo e garantir que ele seja seguido. Em termos jurídicos, não é uma revisão feita desde o zero, mas o mecanismo pelo qual garantiremos que os processos sejam seguidos e depois enviaremos isso para o board. Eu sei, não é um filtro.

DAVID FAIRMAN: Pergunta: a sua intenção era de que essa questão fosse resolvida durante esta reunião?

JEFF NEUMAN: Sim, nossa intenção era começar esse processo, ou a decisão pode ser feita no futuro, a qualquer momento. Mas eu vou enviar convites a cada um dos grupos para podermos continuar e sim, e suponho que alguns grupos vão poder internalizar isso, decidir se querem participar. Mas como esse trabalho já faz parte da incumbência da GNSO, realmente agora temos chegado a esse tipo de discussão tão boa e tão interessante. Acho que essa conversa deve continuar.

DAVID FAIRMAN: Temos várias perguntas ainda em vários pontos, e depois encerramos a sessão de perguntas. Por favor, não seja, repetitivos. Só adicionem ideia, e não repitam.

nível

PT

ALAN GREENBERG: Se eu não me engano, o CCWG acabou de emitir seu relatório final, e não encerrou essa questão tão importante. Mas se tivesse encerrado isso, não teria sido de grande importância para o PDP. E eu pensei: “como vamos resolver isso?”, e a única maneira é se cada um das organizações fizesse seu próprio PDP de acordo com as suas próprias normas, e depois indicarem um subdelegado para trabalhar eficientemente dentro do grupo de trabalho.

O trabalho deve ser feito por um único grupo que não terá uma única resposta e deverá transmitir essa autoridade, as regras, os PDPs que se encontram nos estatutos. Não é um processo simples, não sei quanto vocês concordam com esse processo. Realmente não tem a autoridade que tem um PDP.

DAVID FAIRMAN: Obrigado.

JORDYN BUCHANAN: Eu estou um pouco frustrado aqui de ouvir tanto sobre processos, quando o que seria muito bom, pelo o que vi aqui, seria unir a comunidade, progredir, avançar. Seria muito bom se vocês puderem fazer isso agora.

Mas reconhecendo aqui os problemas, as questões que alguns representantes apresentaram aqui. Acho que seria muito bom pensar em acolher as duas abordagens. Por que não? Podemos reconhecer, sim, que há contextos em que os IDs geográficos podem ser utilizados em contextos genéricos, em que claramente seriam um gTLDs, e se uma marca, por exemplo, tiver o consentimento de uma autoridade em questão poderá avançar e essa marca poderá ser utilizada, etcetera, etcetera.

Então, todo esse tipo de coisa certamente deve ser gTLD. São delegados, aprovados, há contratos com a ICANN. No mínimo, devemos resolver quais cadeias deveriam ter permitido serem delegadas como gTLDs. Essa deveria ser parte do processo da GNSO, do processo de PDP GNSO, e também desde grupo aqui, que poderia pensar em um conjunto de perguntas, talvez separadamente. Os governos, talvez, e comunidades de ccNSOs. Devemos definir bem como essa discussão pode ser aqui dentro desse grupo, ou também discutir com o board. Mas no mínimo, deve haver um debate, e esse debate deve ser aqui. E vocês devem começar a trabalhar dessa maneira.

JONATHAN ROBINSON: Brevemente: eu tentei escutar as preocupações, as objeções e manifestações. São muito sentidas, mas eu quero encorajar todos aqui a pensar cuidadosamente no que vão dizer. Eu sei

nível

PT

que vocês estão falando de boa-fé, fazendo sugestões bem conscientes, e eu sei que são tentativas de boa-fé, e que vocês vão votar pelos grupos e que vão obter aceitação ou rejeição. Esse é o mecanismo, isso é bem assim.

DAVID FAIRMAN: Microfone número cinco e depois o número dois.

HEATHER FORREST: Uma coisa que me preocupa é que, até agora, estivemos escutando dizer que queriam participar do PDP e não conseguiram. Houve várias intervenções que dizem que querem participar de um PDP, e isso nós devemos tratar e solucionar de forma rápida.

DAVID FAIRMAN: Obrigado. Agora o microfone número dois.

ALEX CORENTHIN: Alex Corenthin, presidente da AfTLD, mas falo em nome próprio. Eu vou falar em francês, se for possível. Para mim, o problema é que quando eu vejo todas as comunidades e suas preocupações pelos PDPs e vejo que Avri disse que já há um ccTLD definido. Então, se já foi definido, por que vamos discutir esse assunto?

nível

PT

Quando nos reunimos, temos que revisar a definição do que é cada coisa. Quando se trata de países, as preocupações são do governo, porque estamos falando de códigos de três caracteres. Se vejo a lista da ISO e vejo os códigos de duas letras, mais uma vez, temos que ter uma base que seja aberta e que a GNSO possa aceitar que essa base está aberta para ter uma discussão a respeito.

EMILY BARABAS:

Essa é uma pergunta de Ashley Graham, participante remota da International Law Association. Tem a ver com as unidades constitutivas que não estão de acordo de como estão as coisas, e se essas unidades são as que estão impulsionando a mudança. Talvez outra situação não incorporada no guia do solicitante fora tratada para a satisfação de quase todos, salvo algumas pequenas corporações.

Então, a minha pergunta é a seguinte: deveríamos fazer novas regras gerais que, de fato, podem resolver essas situações excepcionais? Temos que criar a exceção à regra? Essa é a tentativa de nos afastar das soluções que já estão estabelecidas, uma tentativa de satisfazer uma quantidade limitada de casos pequenos que talvez poderiam converter as regras para que as soluções que satisfazem a maioria também os interesses privados de uma quantidade limitada de problemas.

nível

PT

Há uma regra nesse campo que seja a primeira resposta, o interesse mais amplo da comunidade?

DAVID FAIRMAN:

Obrigado. Daqui alguns minutos faremos um recesso. Quero passar a palavra para Jeff e Avri para que façam seus comentários também.

Mas antes, eu quero manifestar que é importante diferenciar, como disse o colega do Brasil, os princípios centrais, ou ter um fórum integral que tenha preocupação pela participação equilibrada e efetiva. E separar esta primeira ideia das questões principais, ou fundamentais. Vamos falar agora sobre os principais centrais, e não falemos sobre o processo, falemos sobre as ideias principais.

Jeff, quer dizer alguma coisa antes do recesso?

JEFF NEUMAN:

Não, vamos para o recesso no momento em que estava programado, depois vamos falar das questões principais.

DAVID FAIRMAN:

Para que fique claro, fazemos 15 minutos de recesso, ou dez? Porque na verdade, estamos passados cinco minutos.

nível

PT

AVRI DORIA: Eu acho que temos que ter um recesso de 15 minutos.

DAVID FAIRMAN: Pedimos por favor que voltem às cinco e cinco. Obrigado.

AVRI DORIA: Por gentileza, podem voltar, começaremos daqui um minuto.

DAVID FAIRMAN: Continuemos com a reunião, por favor. Colegas, muito obrigado por estarem aqui, obrigado também por aqueles que continuam aqui reunidos conosco. Esperamos que continuem tanto física quanto mentalmente. Queremos apresentar agora cinco perguntas importantes sobre o tratamento das cadeias de caracteres de possível significado geográfico, para que nos deem sua opinião.

Essas são questões que nós entendemos que surgem de problemas vinculados com a implementação do guia do solicitante e dos processos de desenvolvimento de políticas e de assessoria ou de recomendações decorrentes. Talvez possamos, ou não, fazer uma reabertura. Então, eu não vou ler tudo em voz alta o que está na tela. Vamos ver cada uma dessas perguntas,

Vamos dizer para cada uma delas o que diz o guia do solicitante como responder para essas perguntas. Depois vamos dizer quais são as outras opções que nós escutamos. Dizer que não tem consequências. É uma lista exaustiva e vamos pedir, também, a sua opinião para que nos digam qual é a resposta certa que dá o guia do solicitante que pensa nessa possibilidade de considerar outras opções.

Jeff e Avri vão se revezar para fazer referência ao guia do solicitante e eu vou fazer as perguntas.

O que faz com que uma cadeia de caracteres seja nome geográfico? Passo a palavra para Avri.

AVRI DORIA:

O que faz com que uma cadeia seja nome geográfico. O guia do solicitante de 2012 diz que é um código de dois caracteres na lista ISO 3166-1; um código de três caracteres na lista ISO 3166-1; o nome de país e território na lista ISO 3166-1; e como são conhecidos, os lugares subnacionais no atual guia, 3166-2; nome de cidades e capitais ou territórios, nome de cidades e regiões na lista da UNESCO; ou as regiões das divisões estatísticas das Nações Unidas.

Então, é isso que diz o guia para o solicitante. Aqui temos outros pensamentos a respeito, que poderia constituir uma cadeia que

seja nome geográfico. Como acontece com o guia do solicitante, algumas opções sugeridas foram as seguintes: nos deixem usar uma série de listas que não sejam da ICANN que tem valor externo, que foram acordadas e que são críveis. São listas aceitas periodicamente, reatualizadas com o conjunto de nomes geográficos. EM segundo lugar, falamos de uma coisa específica de categoria de cidade que não são capitais no guia do solicitante de 2012.

Aqui, eu poderia fazer uma referência clara a uma lista determinada e periodicamente atualizada que não seja da ICANN e que apresente as cidades que a qualificam para isso. Um exemplo poderia ser a lista das Nações Unidas de cidades com mais de 100 mil habitantes, ou aqueles que são patrimônio universal da UNESCO. Em terceiro lugar, poderíamos ter um enfoque totalmente diferente de criar um depósito de nomes geográficos e permitir os governos que coloque ali qualquer termo que achem que tenha um significado geográfico, desde que exista um sustento na lei nacional para proteger esse termo. Essa lista poderia ser mantida na ICANN. Paro por aqui e passo a palavra aos senhores. Já fizemos a pergunta.

É isso que tem no guia do solicitante, coisa suficiente e que não tem que voltar a ser aberta, e se tem que abrir, podem fazer comentários sobre essas opções ou qualquer outra. Por favor,

nível

PT

peçam o microfone e façam seus comentários. Microfone número seis.

ANRIETTE ESTERHUYSEN: Anriette Esterhuysen, da África do Sul. Uma pergunta específica: por que apenas falamos de governos que podem propor os termos para esse depósito?

DAVID FAIRMAN: Eu não vou perguntar essa, se alguém quiser responder, muito bem. Outro comentário?

O guia do solicitante é fantástico, não devemos fazer qualquer modificação. Algum outro comentário? O colega da Suíça pede o microfone.

JORGE CANCIO: Jorge Cancio. Eu acho que as cláusulas do guia do solicitante são uma solução intermédia, e tem sentido quando definem o que é o nome geográfico, mas talvez falte alguma coisa. Porque nesses casos – pelo menos esse é o meu ponto de vista -, com a pouca evidência que temos, houve problemas com outros nomes de significado geográfico e não houve, na verdade, uma aproximação entre o solicitante e a autoridade pública correspondente de antemão. Então, isso gerou um problema. Eu

nível

PT

acho que o guia do solicitante tem uma boa base, mas há outros nomes com significado geográfico para os quais teríamos que encontrar soluções para evitar problemas como os que já tivemos. Para falar de procedimentos de abertura, extensões ou coisa assim.

DAVID FAIRMAN: Microfone número um, por favor.

GREG SHATAN: Greg Shathan. Eu acho que uma das falhas do guia é que falta contexto. Algumas coisas, obviamente, tem um contexto. Por exemplo, as listas. Mas, em outros casos, não há contexto. E como sabemos, as cadeias de caracteres podem ter uma variedade de significados dependendo do contexto.

Eu acho que uma coisa que faz o nome geográfico vai se utilizar ou não em um contexto geográfico. Se não vai ser utilizado em um contexto geográfico, então não é um nome geográfico. Se a marca do meu cliente é Baba, e há algum lugar que se chame Baba, eu não tenho nada a ver com esse lugar, não me interessa para nada, o país onde existe o Baba não deveria ter direito, porque não há um direito na lei que possa exercer. Então, o meu cliente deveria poder registrar o seu nome como uma marca

nível

PT

comercial, como um TLD. Isso acho que ajudaria a esclarecer algum desses casos que o Jorge mencionou.

Porque parece que existe um vácuo aí a respeito da jurisdição para alguns direitos que não existem e que vão surgindo. Então, eu acho que precisamos do contexto para poder dar maior clareza e também uma referência maior ao direito internacional e aos direitos legais. Mas, em especial, temos que ter um contexto e não apenas uma lista cru.

DAVID FAIRMAN: Também, depois, vamos falar da distinção entre o que é geográfico e o uso não geográfico.

ALEXANDER SCHUBERT: Eu vou dar uma resposta de 20 segundos. Se é uma marca, London, por exemplo, e as marcas estão pedindo solicitação para utilizar a palavra “London”, e a cidade de Londres não tem essa chance, pelo menos teriam que ter a chance de uma objeção.

DAVID FAIRMAN: Aqui estamos falando do que define que uma cadeia de caracteres seja nomes geográficos.

ANNEBETH LANG:

Annebeth Lang, eu sou representante de .NO. Eu acho que aqui foi mencionado a questão do contexto. E o uso geográfico também apresenta alguns problemas, porque temos problemas com os nomes de cidades. Se o nome de uma cidade é utilizado como uma cidade, temos que ter o apoio ou uma não objeção, se não, não podem ter essa proteção. E quanto ao repositório, o problema é que, embora se registre o .Baba, como disse o Greg, se é um nome geográfico muito famoso e é uma marca está bem, talvez, porque é uma marca consagrada e não há registros anteriores.

Mas se há registro aberto que pode ser usado, isso não ajuda a dizer que não é de uso geográfico. Aqueles que são moradores dessa cidade, país, com esses códigos de três letras vão ver como um nome geográfico, vão utilizar e vai gerar mais confusão ainda.

Então, eu sou um pouco cético a respeito.

DAVID FAIRMAN:

Eu percebo que há ansiedade por passar as perguntas que distinguem os usos, então vamos tomar alguns comentários e depois vamos passar às perguntas. Microfone número seis.

EDMON CHUNG: Edmon Chung. Essa pergunta eu acho que foi um pouco estranha, porque nome geográfico é qualquer nome que se utiliza para qualquer lugar geográfico. Mas o que estamos perguntando aqui, na verdade, é que nome geográfico deveria estar protegido, e como deveria se manejar nesse contexto. E, especialmente, o que estamos vendo é uma gravação das formas de manejar os diferentes limites para essa proteção.

O que leva a uma pergunta muito diferente a respeito do que é um nome geográfico. Eu acho que ter esse leque pode ser mais importante do que definir o que é nome geográfico.

DAVID FAIRMAN: É muito importante a diferenciação que o senhor faz. Esse é um limite para que possamos avançar depois.

THOMAS SCHNEIDER: Thomas Schneider, presidente atual do GAC. Quando se faz essa pergunta, “o que faz de uma cadeia de caracteres um nome geográfico?”, devemos ter presentes que não há uma coisa nomes geográficos. Há diferentes tipos de nomes geográficos. Eu sei que foi dito antes, mas vale a pena destacar isso.

nível

PT

Os tipos específicos de nomes geográficos. E também existem entidades políticas, como uma capital, região, território, e outros como rios, montanhas... para dar em algum lugar que está em um entorno geográfico. Então, podem ter distintos sistemas jurídicos, marcos, e podem precisar estar agrupados de diferente forma para serem tratados de forma adequada.

Então, eu acho que como conceito, isso tem que ser a base do debate.

DAVID FAIRMAN:

Muito bem. Vamos avançar. Pergunta seguinte, por favor. Quando o nome geográfico pode ser solicitado? O que diz o guia do solicitante.

JEFF NEUMAN:

Mais uma vez, quais são esses limites, e como os definimos. O guia do solicitante proíbe as solicitações de algumas categorias de nomes geográficos. Por exemplo, não podemos solicitar códigos de dois caracteres, cadeias de dois caracteres ASCII que estão no guia. Assim como guias de dois caracteres para fins que sejam reservados para quando existam ccTLDs adicionais.

O guia do solicitante também proíbe solicitações ou pedidos para cadeias de caracteres ASCII, e três caracteres, que

nível

PT

coincidam com a lista ISO 3166-1. Também se proíbe o registro de nome de território de países que estão na lista ISO 3166, e tem outros idiomas que se resumem como se conhecem esses territórios e países. São mais detalhados, mas como esse era um power-point, não iríamos colocar todos os nomes da lista.

DAVID FAIRMAN:

Esta é uma lista, como já falamos, para dar um exemplo, apenas. Porque haveriam outros elementos para incorporar. Então, nada pode ser proibido ou reservado apenas aos ASCIIs de dois caracteres.

Na segunda ideia, sobre o que poderia estar aberto para solicitação, poderiam ser as ASCIIs de três caracteres com ou sem o requisito de pedir a solicitação do governo. E se vamos em outra direção, os governos poderiam reservar, ou teriam que ter a capacidade de poder reservar qualquer termo ou cadeia de caracteres que tivesse significância geográfica com ou sem base no direito.

Então, agora, o que os senhores opinam sobre este assunto? Quais são os termos potenciais geográficos que deveriam ser tirados dessa mesa?

De novo, o AGB é realmente um bom exemplo sobre o que deveria estar ou não disponível. Vocês acham que não?

nível

PT

MICHELE NEYLON:

Michele Neylon. Eu acho que bloquear códigos de dois caracteres em ASCII é perfeito. Agora, bloquear as outras possibilidades de dois caracteres faz sentido, mas aparecem novos países e estados e, então, devemos mudar. Quanto aos dois caracteres, estou ouvindo as duas posições, a favor ou contra.

Eu não tenho uma posição específica. Quando a nomes de países e territórios, o que se encontra debaixo desse quesito? Porque nós chamamos... bom, temos Irlanda e, segundo os contextos, há diferentes maneiras de chamar de “Irlanda”.

JEFF NEUMAN:

Eu acho que faz parte da lista isso, como nome oficial, por exemplo. E é como as pessoas chamam normalmente. Os Estados Unidos ficam como “Estados Unidos” porque o pessoal chama o país assim. Esse é um exemplo, e há outros que poderíamos mencionar nessa lista. O nome comum, como o pessoal chama o lugar. Então, há três listas diferentes além da oficial.

nível

PT

THOMAS De HAAN: Thomas De Haan, do governo da Holanda. Eu acho que a minha resposta sobre quando um nome geográfico pode ser solicitado depende um pouco da resposta sobre o que é um nome geográfico. Então, devemos procurar uma solução que inclua o componente de que o nome geográfico significa ou representa a identidade de uma comunidade importante. Isto significa que se nós estabelecermos critérios de uso, basicamente isso não deve ir contra o interesse ou o uso indevido da identidade ou de abusos. Holanda é um exemplo.

DAVID FAIRMAN: Antes de continuar com o colega dos Países Baixos, você acha então que poderíamos colocar no conceito qualquer nome geográfico? Poderia estar aberto para solicitação, mas deveríamos limita-lo esperando que alguma comunidade manifeste preocupações sobre esse uso. É isso mesmo que o senhor quis dizer?

THOMAS De HAAN: Não. Eu não estou falando em nome do GAC, mas sim, eu acho que precisamos de um procedimento não só de objeção, mas também de um procedimento para obrigar o registro a não fazer certas coisas.

nível

PT

EMILY BARABAS

Temos um comentário de Martin Sutton: o uso de nomes geográficos de topo não deve estar limitado a marcas registradas, e o uso de gTLDs deve identificar a marca, e não representar o termo geográfico. E lá não tivermos conflito com o direito nacional ou internacional, e isso deveria incluir as cadeias de três caracteres.

DAVID FAIRMAN:

Vamos para a próxima pergunta do público.

ANNEBETH LANGE:

Eu falo em nome da ccNSO. Tivemos uma reunião, conversamos e destacamos que nossa posição agora é de que não estamos satisfeitos com o status-quo do manual. Se alguma mudança for feita, talvez se abrir o espaço para três caracteres com o consentimento do governo sem objeções e com apoio, e tentar uma maneira de utilizar as marcas diferentemente no registro.

Foi muito longo o processo para alcançar o consenso sobre o manual e eu sei que isso estava em conflito com as políticas de ccNSO, mas deu certo, embora tivéssemos tido alguns problemas. Então, o que nós faríamos é tratar de destacar essas pequenas diferenças, que são as que geraram problemas no passado e tentar resolver esses problemas que nós encontramos e não reinventar a roda.

nível

PT

DAVID FAIRMAN: Outra pergunta do público.

JORDYN BUCHANAN: Sou Jordyn Buchanan, da Google. Novamente. Eu fui o idiota que solicitou os três caracteres da ISO 3166-1. E, primeiramente, acho que foi uma experiência boa, porque embora estivesse proibido no manual do solicitante, provavelmente isso estava mencionado com outro nome. E é por isso que nós solicitamos. Eu sei também que houveram conversas produtivas com o governo subsequentemente para fazer a solicitação e continuar o processo.

E a política de códigos de três caracteres deveria mudar para podermos obter o consentimento do governo.

DAVID FAIRMAN: Obrigado.

SEBASTIEN DUCOS: Sebastien Ducos, do grupo de gTLDs. Eu acho que deveríamos agregar algo que seja menos Anglocêntrico, porque a África do Sul tem seis, sete línguas diferentes.

nível

PT

DAVID FAIRMAN: Jeff, qualquer idioma dentro da relação da ISO. Acho que não cobre todos os idiomas. Número dois.

JORGE CANCIO: Jorge Cancio, do governo da Suíça. Existe valor naquilo que a colega da Holanda mencionou, também o colega da Google, Sebastien. É muito importante o que eles disseram. E se nós nos assegurarmos que haja um acordo entre autoridade pública, correspondente e o solicitante, não deveria haver nenhuma barreira para poder delegar esses tipos de nomes. Se nós considerarmos todos os interesses envolvidos, especialmente para nomes de países e territórios, o governo do país correspondente deveria enviar uma carta de apoio e de não objeção. E isso é um incentivo para poder chegar a um acordo com o solicitante em questão.

DAVID FAIRMAN: Acho que vamos passar para o item seguinte.

Quando o nome geográfico pode ser delegado para um solicitante específico?

AVRI DORIA: Bom, o manual de 2012, cidades capitais, mais lugares subnacionais na ISO 3166-2, expressa consentimento do

governo sem a objeção se seu uso for geográfico. E todas as listas das Nações Unidas e da UNESCO com 60% para os regionais respectivos, todos os outros termos ficam abertos com potencial, sem objeção do governo. E destaca o GAC com recomendações por qualquer solicitação.

DAVID FAIRMAN:

Essa é uma pergunta para vocês. Vocês sabem o que o manual diz a respeito. Desculpem, é a minha vez, porque aqui temos no slide outras opções sugeridas para responder a essa pergunta.

Número um: ampliar o requisito de não objeção aos usos não geográficos dos nomes de cidades-capital. Agora, o manual de 2012 diz que se o solicitante não vai fazer um uso geográfico e se o painel de nomes geográficos na ICANN aceita essa manifestação de intenção do solicitante, então, o solicitante pode continuar sem nenhum outro contato com o governo.

Essa ação seria, então, que qualquer coincidência com o nome de uma cidade exige de um requisito de não objeção.

Segundo, continua com esse requisito e expandi-lo para todos os outros termos de significância geográfica potencial. E também eliminar os requisitos atuais de não objeção para uma coisa que vocês ouviram da lista da Avri: cidades-capital e não capital, lugares subnacionais da lista ISO 3166-2. Depois, eu quero mencionar que agora existe um procedimento para

nível

PT

solicitantes cuja solicitações tenham sido rejeitadas com uma menção que inclua mediação e arbitragem para resolver essas possibilidades dentro dos processos de solicitações, que podem ser objeções dos governos, das entidades dos governos, e que possam ser realizados dentro de passos claros e justos em um período apropriado.

O outro é eliminar o requisito de não objeção para TLDs de marca que se comprometem a utiliza-la só para efeitos da marca. Agora eu tenho uma pergunta para vocês.

EMILY BARABAS:

Aqui eu tenho um comentário remoto de Ashley Graham, da parte Americana da Associação de Direito Internacional.

A norma de não objeção parece estar dando certo; por que não estendermos essa norma aos códigos de três caracteres e nomes geográficos? Isso daria certeza aos solicitantes, também protegeria os interesses das comunidades quanto aos nomes geográficos.

Seguinte pergunta.

ALEX CORENTHIN:

Eu tenho uma pergunta: como é que podemos definir uma marca em comparação com um nome, um lugar geográfico?

nível

PT

Porque talvez ele não saiba, não conheça o lugar geográfico e nem saiba o que significa um TLD de marca.

JEFF NEUMAN:

Infelizmente, não podemos colocar todas as definições aqui no slide, mas um TLD de marca foi definido na última rodada como um domínio de topo que tem especificação 13. E aqui temos requisitos específicos: que a marca esteja registrada a nível nacional desde determinado ano, e outros requisitos além desse.

Isso foi assinado pela metade dos solicitantes na última rodada e também que a intenção é utilizar esse espaço para seus próprios propósitos e não distribuir esses nomes a outros, ou à filiais. A quem tiver o direito, autorizada a marca.

SEBASTIEN DUCOS:

Sebastien Ducos, do grupo de gTLDs. Quantos critérios de consentimento e não objeção, ninguém falou ainda sobre isso, e manifestar que eles representam diferentes solicitações geográficas. Para os governos costuma ser muito difícil dar pleno consentimento. A não objeção é o que funciona bem. Aqui ninguém está dizendo que nós devemos fazer isso de outra maneira, mas eu queria deixar isso claro.

nível

PT

DAVID FAIRMAN: O colega da Suíça pediu a palavra, mas quem tiver um comentário, uma perspectiva, por favor, fale.

JORGE CANCIO: Sim, eu concordo com o que o participante remoto e o Sebastien disseram. Deveríamos ver a não objeção como outro elemento de não objeção, mas que soma de forma positiva. E eliminar isso para algumas categorias de TLDs nos leva a conflitos diretamente, inclusive quando queremos ter um nome de marca fechado. Nesse caso, é melhor termos um acordo com a autoridade pública corresponde, porque esse TLD, se for alocado, será único. E a comunidade deve estar ciente, isto é, a comunidade e o representante da autoridade pública devem estar cientes e devem pelo menos oferecer sua não objeção a esse uso, se concordar com ele.

ANNEBETH LANGE: Eu apoio a ideia de não objeção.

Todos os países do mundo que não são membros do GAC e da ICANN dão uma fundamentação para isso. Porque caso se trate de uma não objeção ou de ausência de apoio, ninguém saberá como entrar em contato com eles, porque ninguém os conhece,

nível

PT

e essa situação pode ser difícil. Através do representante é possível chegar aos governos, mas fora dela é difícil. E se fizermos uma tentativa, pelo menos, depois de várias tentativas será possível estabelecer uma conexão.

E eu concordo também com o que o Jorge Cancio disse.

DAVID FAIRMAN: Vamos passar o microfone para o resto.

JEFF NEUMAN: Eu quero esclarecer uma coisa: no manual para o solicitante, tudo agora... a quem mencionam que deve ser feito uma carta de não objeção, e deve ser encontrado um método para conseguir obter essa carta de não objeção.

DAVID FAIRMAN: Microfone quatro.

ANNEBETH LANGE: Poderíamos conversar sobre isso, porque seria difícil alcançar a todos, mas a tentativa deveria ser feita. Eu sei que existem alguns mecanismos para fazer isso e poderiam ser utilizados, ver se eles funcionam. Se fracassarem, a objeção sempre poderá

nível

PT

avançar. Mas, deveríamos tentar, porque todos os países deveriam estar incluídos.

DAVID FAIRMAN: Seguinte pergunta.

SUSAN PAYNE: Parece que há várias pessoas que estão dizendo que o processo de não objeção está vinculado com o problema, e isso não é bem assim. Houve situações em que o pessoal pensava que alguém tinha concedido consentimento, outros retiraram, e houve problemas, como no caso da África. Eu não estou julgando isso, mas eu sei que houve uma marca, a Tata, que dava a impressão de que tinha recebido o consentimento e isso não foi bem assim.

Então, é bom pensar quais são os desafios verdadeiros. Então, se nós pedimos, o pessoal que pede consentimentos diferentes partes. Porque uma discussão jurídica que aconteceu nas primeiras (ininteligível). Então, eu acho que há diferentes lugares, nomes de países e cidades que têm múltiplos usos. Então, a não objeção não dá certo nesse contexto.

Eu quero voltar a um ponto que foi tratado anteriormente. Se a marca própria e nós a registramos como marca comercial, por

nível

PT

exemplo. E por que tem preeminência e o contexto geográfico por cima do conceito de marca.

ALEXANDER SCHUBERT: Vou responder sua pergunta. Um ponto de vista diferente. Eu vou falar da mesma coisa. Temos, por exemplo, a marca Cleveland, que é um lugar nos Estados Unidos. E a cidade de Cleveland algum dia pode decidir que está bem, que esse TLD o represente, as empresas, o pessoal. Mas não faz essa solicitação na próxima rodada, mas a marca sim, faz essa solicitação. Então, a marca não teria que perguntar ao povo de Cleveland se está de acordo, e a cidade não está representada por seu governo, pelo conselho municipal, digamos? A marca não teria que ir até ali, pedir à marca que vá perguntar ao governo? Porque é o governo que representa as pessoas, e as pessoas podem dizer: “bom, nós queremos utilizar esse nome no futuro para nós”.

DAVID FAIRMAN: Microfone número um.

GREG SHATAN: Falemos em termos hipotéticos. Digamos que a cidade de Cleveland quer registrar Cleveland, e a marca Cleveland não

nível

PT

procura o registro na próxima rodada. A cidade de Cleveland não devia pedir permissão ao dono da marca para ver se permite a cidade que registre esse nome? Não vejo porque se dá primazia a um direito por cima do outro.

Em alguns casos pareceria que tem base em um estado de direito, mas em outros casos para estar fundamentado em uma fossa soberana pura. Então, aí temos um sistema que gera um potencial para chegar a nada em particular. Por exemplo: eu tiraria as cidades que não são capitais e os lugares subnacionais e utilizaria basicamente os PIC-geográficos por baixo, e tiraria também o requisito de apresentar uma não objeção para os TLDs de marcas que se comprometam a utilizar unicamente para fins da sua marca e não transfiram a outros que poderiam utilizar para outras finalidades.

Eu acho que não há uma base aqui para dar ao contexto geográfico uma prioridade ou uma superioridade sobre os direitos das marcas comerciais.

DAVID FAIRMAN:

Microfone seis.

nível

PT

ANRIETTE ESTERHUYSEN: Eu sou Anriette, da África do Sul, novamente. Preciso de alguns esclarecimentos. Com respeito à não objeção: seria do GAC no conjunto dos governos que estão identificados com esse nome geográfico que está sendo revisado que se propõe para delegação?

E a segunda pergunta: o que aconteceria caso se delegasse um nome geográfico e, por exemplo, correspondesse a uma comunidade originária – estou pensando – em Kalahari, ou no meio do deserto, que cruza vários países, há conflitos territoriais... nesse sentido, como a ICANN poderia manejar isso, se não pode ser canalizado através do GAC? Essa é uma pergunta mais ampla.

Como podemos fazer uma intervenção com essa comunidade originária que tem um interesse nesse nome?

DAVID FAIRMAN: Vou fazer referência à primeira pergunta, e talvez o Jeff responda a segunda. Quando falamos aqui de não objeção, falamos de governo, não do GAC. Jeff.

JEFF NEUMAN: Sobre a questão mais ampla: supondo que em o seu exemplo ambas as partes precisam de uma carta de consentimento e não

objeção, e ambos as recebem de diferentes governos, o guia para o solicitante deixa claro que a ICANN não quer participar dessa situação e irá suspender a solicitação, não vai outorgar a ninguém até que os governos decidam entre si qual é a solução apropriada.

DAVID FAIRMAN:

Colegas, eu peço desculpas, porque suspeito que algumas das perguntas pendentes tenham a ver com a prioridade relative do solicitante, e já vamos chegar ali. Eu digo porque tem um comentário online. Vamos lá.

EMILY BARABAS:

Há três comentários. O primeiro é de Robrin Gross, que diz: pedir permissão do governo é a forma mais rápida de obter a inovação na internet?

A segunda é de Michael Palage: a ICANN forneceu um mecanismo para quando muda de governo este possa mudar ao seu consentimento, ou agora se objeta formalmente? Parece que essa é uma pergunta importante para a rodada atual e futura para ter previsibilidade.

Em terceiro lugar, temos Ashley Graham: se houvesse algum problema com a regra de não objeção, por que não apenas

nível

PT

desenvolvemos o procedimento claro para aplicar essas regras, e não tira-las para o lixo?

DAVID FAIRMAN:

Já vamos falar a respeito da execução e aplicação. A segunda pergunta.

Agora, temos ainda algumas questões a mais para tratar. Resolver solicitações simultâneas de nomes geográficos. Passo a palavra para os senhores.

JEFF NEUMAN:

O guia do solicitante diz que se há dois pedidos que concorrem entre si para nome geográfico, para as que requerem consentimento do governo, ou inclusive, aquelas que não exigem tal conformidade deve existir um período de negociação.

Mas se não requer o consentimento do governo para cidades que se utilizam sem o sentido geográfico, por exemplo, e vamos passar a um leilão.

Isso é o que diz o guia do solicitante agora. Quando se exige o consentimento do governo, o guia de 2012 diz, como mencionei,

nível

PT

que suspender as solicitações de negociação não resolve a situação, ou também, prevê uma alternativa onde os governos podem solicitar procedimentos para resolver os conflitos. Se está solicitado pelo governo que apoiou, há vários solicitantes, quando ambas as partes, ou todas as partes acordaram por desempenhar assim.

DAVID FAIRMAN:

Veremos algumas situações adicionais. Já escutamos um dos nossos colegas falar em uma dessas situações. Dar prioridade para aqueles que têm consentimento do governo, e também dar prioridade para aqueles solicitantes que propõem o uso geográfico da cadeia por cima daqueles que propõem o uso genérico.

Eu vou reconhecer que poderia fazer comentários se acontecesse o inverso, que o genérico tivesse prioridade com respeito geográfico.

E a terceira opção é começar como sugeria esse comentário, em linha, tentando dar um procedimento onde houvesse mais prioridade e, talvez, ter mais chance de chegar a uma solução através da negociação ou de leilão. Por exemplo, um leilão seguido por uma negociação e por uma arbitragem utilizando os

critérios acordados, se houvesse uma mediação que não resolve tal situação, agora passamos a conhecer as suas opiniões.

THOMAS SCHNEIDER: Thomas Schneider, presidente atual do GAC. Com respeito aos privilégios, eu acho que devemos ser muito cautelosos de ambos os lados para não gerar direitos no espaço em que não existem no mundo analógico.

Em especial, se recebemos um salário como funcionário público, devemos ter um equilíbrio dos diferentes direitos, e não um desequilíbrio. Com respeito ao direito das marcas comerciais, um direito de marca comercial normalmente está vinculado a um proprietário de uma indústria de um ramo específico.

Então, podemos ter o exemplo de Zurique, em que a cidade é maior, e não uma pequena empresa, que pode ser uma empresa de seguro que tenha o direito de marca; um fabricante de relógios também. Então, em primeiro lugar, o que fazemos se há dois proprietários de marcas que pedem a mesma marca em diferentes indústrias?

E também, no mesmo país não se pode pedir uma marca comercial sobre o nome de Zurique, porque se corresponde à cidade. Mas sim, pode ter uma marca comercial, figurativa com algum tipo de edição ou letra mudada. Então, se dá um direito

parcial para nomes com uso em especial. E com esse direito exclusivo no espaço virtual, temos que ser muito cautelosos para não gerar e terminar em um desequilíbrio. Acho que temos que pensar no equilíbrio. Não é uma questão de ter um direito, porque depois podemos ter outro país, outra situação nacional. Outra Zurique pode ter um direito local em sua própria legislação.

Então, falamos do direito em um espaço particular em um país particular, que não pode ser mais importante que outro direito em outro lugar do mundo. Vamos pensar em equilíbrios razoáveis, e também do ponto de vista do interesse público global.

DAVID FAIRMAN:

Pensei que ia cantar. Microfone dois, Suíça.

JORGE CANCIO:

Leve em conta que talvez depois ele cante, sim. Eu acho que a respeito dessas opções, poderíamos entrar em maiores detalhes se tivéssemos uma boa descrição e um bom documento sobre os casos que tiveram problema, e que estivessem na nossa frente para podermos dar uma olhada.

Por exemplo, não posso imaginar que houve problema de implementação com a questão da não objeção. Como me comunico com o governo? Como identifico o pessoal certo? Algumas dessas preocupações já foram apresentadas antes. O que acontece é que se muda de ideia.

Na maioria dos sistemas jurídicos temos uma coisa que se chama de proteção de uma expectativa justa. Não podemos apenas mudar o que disse antes e esperar que a outra pessoa aceite sem qualquer indenização. Justificando que um deles é uma autoridade pública. Agora, se o problema tem a ver com a implantação da regra de não objeção, vejamos o que podemos fazer a respeito.

Há esforços por parte da ICANN como organização para chegar à essas autoridades públicas e governos e eles seguiram por quantum nos últimos cinco anos. Não podemos ignorar esse fato. Estão em contato com todas as autoridades governamentais de todas as partes do mundo.

E o GAC passou de 120 membros para mais de 170. Com muitos observadores, podemos melhorar também a forma pela qual ajudamos a implementar essa norma, essa regra.

Então, acho que há uma margem para melhorar, mas não percamos tudo que fizemos até agora.

nível

PT

DAVID FAIRMAN: Vamos passar para a Emily com um comentário online.

EMILY BARABAS: Quero esclarecer, e talvez fazer de novo a pergunta, porque está falando de um procedimento em caso de conflito. A pergunta é: por que não criou desenvolvimento para ter certeza de que a regra de não objeção seja viável? Nesse caso, não haveria conflito, sendo que a regra na gestão funcionaria sem problemas.

DAVID FAIRMAN: Apenas quero comentar que eu acho que essa ideia de ver vários elementos do procedimento de objeção, que parece que não funcionam e... elabora-los eu acho que é uma boa ideia.

Eu vou deixar para Avri.

Apenas por questões de tempo, vamos continuar. O próximo ponto é o seguinte: uma pergunta simples, como poderia ser distinta do uso geográfico genérico e não genérico?

AVRI DORIA: No guia do solicitante 2012 se diz: estabelecer qual é a finalidade que cada painel de nome geográfico deve ter. A

ICANN determina se a cadeia de caracteres solicitada para uso de TLDs e nomes geográficos que requer o apoio do governo, utilizando o artigo 2.2.1.4.2 do guia do solicitante.

O solicitante de nome geográfico solicita o apoio do governo especificando o uso que tenta fazer do nome registrado para os governos pertinentes.

Os governos devem manifestar a não objeção para o uso que se tenta dar. Em caso de nomes de cidades não capitais, sim, existe e está claro – do ponto de vista da declaração do solicitante – que ele vai se utilizar principalmente do TLD para fins associados ao nome da cidade e ver se a cadeia de caracteres é um nome de cidade que se considera um nome geográfico.

DAVID FAIRMAN:

Muito bem. Então, agora que temos isso no papel, podemos dizer algumas ideias e algumas sugestões de mudanças. Uma das opções é dizer. Eliminamos, então, essa distinção que não pode ser feita. Todos os nomes geográficos definidos no guia do solicitante serão considerados como tendo um uso geográfico, e com independência da intenção do solicitante. Então, aplicaria o procedimento de não objeção.

O segundo é: caso proponha o solicitante utilizar uma palavra genérica que também se utiliza como nome geográfico, como

por exemplo um lugar que se chama Albatross, no Canada, o solicitante se compromete a utiliza-lo como um nome genérico. Então, deve ser considerado e tratado com um nome genérico. Podemos encontrar muitos lugares em inglês, então tem a flexão da pronuncia pode ser semelhante, ou entendido como um lugar geográfico, e não como essas outras palavras.

Para reforçar o que já mencionamos, o ponto marca que se solicita para uma cadeia de caracteres que pode ter uma significância geográfica possível e que se comprometa a utilizar em seu uso genérico tal cadeia. Então, nós consideramos como um nome geográfico para fins da ICANN.

Outra opção é: podemos pedir, ou permitir aos solicitantes que façam o que se chama de interesses em prol do interesse público geográfico, geo-PIC, com compromissos vinculantes para o uso não geográfico, apenas. Pode ser para uma marca ou para quem quiser fazer um registro aberto. Depois vai ter que aplicar aos registros.

Mais uma opção, e agora isso é bastante novo com a ideia de como manejar a questão do registro em nível geral. Um conjunto de cadeias de caracteres de segundo nível para os TLDs geográficos que poderiam ser utilizados pelos governos. Por exemplo, isso pode ser apenas utilizados pelos governos e suas entidades, podemos dizer .Polícia, .nome Geográfico, e

nível

PT

reserva-lo; .prefeito, .nome Geográfico. Então, não podemos registrar nada com esses termos geográficos, a menos que quem o registre seja o governo.

Agora, os senhores têm a palavra para comentários. Microfone número dois.

JORGE CANCIO:

Lamento, novamente, tomar a palavra, mas acho que há muitos problemas apresentados. Se passarmos a imagem anterior, por favor, eu acho que o uso geográfico só é pertinente no guia do solicitante para os nomes que não são capitais de cidades. Para o resto, tudo vai depender de se os termos está em uma das listas ou não. Não tem qualquer impacto caso se tente utilizar como geográfico ou genérico. Só para cidades. Digo que isso é pertinente apenas para cidades que não são capitais, isso que eu disse.

Algumas das opções para o que pode ser um acordo compartilhado e as consequências do acordo: em primeiro lugar, estamos falando de que as partes falem entre si. Então, a não objeção foi uma ferramenta que funcionou, e eu apoio o uso dela. A diferença entre os usuários também é problemática, porque apenas temos uma parte. É um recurso escasso. Temos uma única cadeia de caracteres com esse nome. Então, seja lá o

nível

PT

que a gente fizer, ou deixamos for fora a comunidade, ou deixamos de lado o resto. Mas precisamos que esse pessoal entre em contato e, obviamente, quando falamos de nomes geográficos, as utilidades públicas têm uma função muito importante como em alguns países como a Suíça.

Nós temos direitos legais sobre os nomes das cidades que pertencem à elas, suas regiões, povoados e etcetera. Em outros países se trata de política pública, mas não se pode ignorar. Por outra parte, se não, vamos diretamente para um conflito.

DAVID FAIRMAN:

Microfone seis.

MICHELE NEYLON:

Michale Neylon. Alguns comentários que podem ser úteis.

Eu trabalho com a elaboração de políticas para o ponto do IE, o ccTLD, e houve problemas com nomes geográficos, restrições com essa política, e o primeiro problema foi que não havia uma base de dados para nomes geográficos, e era um problema.

Então, eles tiveram uma solução super boa, que foi que no mapa eles decidiram colocar todos esses dados em um diário e não houve benefícios de manter essa restrição. E algumas coisas que eu quero destacar. Não sei se vão funcionar bem, na realidade.

nível

PT

Por exemplo, o compromisso PIC. Eu vou para um registro e o registrador e o provedor não sabem se eu vou cumprir ou não. Como funciona isso na realidade? Isso significa que o registrado e o registrante devem ser como policiais de conteúdo de nome de domínio? Aqui é o problema. Qual é o conteúdo em um nome de domínio? Porque muitos pensam que são os sites, e isso é ridículo.

Os nomes de domínios são utilizados para e-mails, outros serviços, e não podemos ler os e-mails de todo mundo para saber porque é utilizado o nome de domínio.

DAVID FAIRMAN:

Sim, muito interessante. Agora, o colega do Brasil.

BENEDICTO FONSECA:

Benedicto Fonseca, do Brasil. Eu vou ser muito cuidadoso. Eu sei que devo aceitar outras perspectivas, mas pelo o que entendo, o que está sendo proposto, o escopo do exercício é identificar as exceções. Tentar resolver os problemas que vêm de... eu acho que isso nos leva ao que discutimos antes. Se esse é o fórum em que esse tipo de discussão deve acontecer. Considerando que deveríamos também levar em conta todas as perspectivas, o PDP e outros.

nível

PT

E para o meu governo isso seria motivo de preocupação. Devemos levar em conta outras preocupações que não estão representadas como comunidade. Pessoas que poderiam estar interessadas, mas que nem sabem o que está acontecendo. E essa parte da responsabilidade do governo, representar também esses interesses.

E o que nos preocupa aqui é quem é que vai tomar uma decisão final e aplicar todas essas preocupações, adota-las e discuti-las, porque todas as contribuições dever ter algum tipo de destino final. Não podemos entrar em uma zona de conforto. E isso nos leva à questão de se os governos têm direito ou não a decidir sobre as contribuições feitas.

DAVID FAIRMAN:

Temos mais um colega aqui. Depois, vamos continuar.

ASHWIN SASONGKO:

Ashwin, da Indonésia. Sim, estava ouvindo aqui os meus colegas do GAC, meus amigos, e acho que é importante ver que os governos têm auto interesse nessa questão dos nomes geográficos. Mas também é possível que esse interesse implique em uma restrição ou um apoio. Depende da situação de um país. Um pode apoiar, o outro pode limitar. Esse é apenas um exemplo. O exemplo de Java, que é uma ilha na Indonésia, uma

nível

PT

ilha muito grande, e também é o nome de uma marca, o software JAVA, e ninguém reclama disso.

Todo mundo utiliza a plataforma JAVA, inclusive na ilha. Na realidade, está sob a Oracle.com. Mas talvez você venha para a Indonésia e seja como presidente da companhia, da JAVA, e que tipo de .dot você vai ter? Do que vai se tratar esse nome? Vai ser o nome de um software board...

Na Indonésia, por exemplo, a pornografia está proibida, e todas essas são questões que devem ser consideradas.

DAVID FAIRMAN:

Muito interessante o que você disse. Vamos passar para a última pergunta, e depois vamos analisar essas questões que eu levantei antes.

Então, hipoteticamente, vamos pensar que vamos continuar com essa distinção e com a capacidade de alguns solicitantes de tentar e comprometer-se no uso de nomes não geográficos para um TLD. Eu quero ouvir comentários, se o manual manifesta que um governo, ou outra entidade é lesada geograficamente.

JEFF NEUMAN:

Isso é permitido sobre o manual, e isso é usado no sentido geográfico. Também pode haver um solicitante que tenha solicitado um nome que pode ser uma cidade, ou um estado,

com objetivos não geográficos, porque essa é a maneira que foi delegada, mas de fato é usado com objetivos geográficos.

E ele pode reclamar sobre a falta de cumprimento de contratos da ICANN, e o governo pode identificar se foi lesado e usar restrições do registro em um procedimento de resolução para manifestar ou reclamar que a operadora violou os termos do registro e do contrato, incluindo o comprometimento de não utiliza-lo no sentido geográfico.

Um terceiro caso de um registro que apoiou uma solicitação para um uso não geográfico de uma cadeia de capital, ou de um lugar subnacional e que está na lista ISO.

DAVID FAIRMAN:

Então, esses são os mecanismos. Há outras reflexões para obter o compromisso de interesse público geo-PIC feito quando o solicitador consegue, é bem-sucedido e se torna um operador de registro. Então, os termos vigaram em seu contrato com a ICANN.

Esse conceito é transferível a registrantes e registradores, sempre considerando que todas as perguntas permaneçam sobre como essa questão pode entrar em vigor e ser aplicada também com questões de gTLDs geográficos válidos só para domínio de topo de segundo nível.

nível

PT

Podemos observar o que acontece no segundo nível de forma isolada. Deixo o microfone aberto e vou pedir ao colega da Suíça que espere um momento.

JEFF NEUMAN:

Para esclarecer: eu pensei que isso estava na primeira parte, mais para o nome geográfico de topo, que declara ser um nome geográfico.

Na maioria dos casos costuma ter um contrato vinculante entre a cidade que deu o consentimento e o operador do registro. Então, muitas vezes acontece que algum tipo de mecanismo contratual pelo qual um governo permite a implementação de um nome geográfico, ou de uma carta de não objeção.

JORGE CANCIO:

Eu acho que isso está relacionado com a pergunta anterior.

Essa distinção entre usuários que só estão focados em nomes e tudo que indica o AGB quanto a nomes de cidades, é aplicável só para esses casos. E se for aplicado a todo o resto, isso criaria muitos problemas, como disse o Michele. Problemas de aplicação. Realmente, me surpreende esse segundo item.

Eu me sinto amedrontado por esse bullet. Observando o conteúdo de todos os nomes de domínio, o monitoramento dos

TLDs... esse é um aspecto. E, realmente, como sabemos se um nome é geográfico ou não na hora de fazer uma atribuição? Por exemplo, em seu país, você pode não saber se está infringindo uma legislação privada ou... e não sabe se deve assinar ou não. Pense na marca registrada, porque nela há questões que devemos observar quanto ao conteúdo do site.

É uma questão complexa. Nós precisamos de muitos anos para resolver isso, e não resolvemos ainda. E nomes geográficos continua a ser um conceito sem definição.

JEFF NEUMAN:

O Michele levantou a questão da dificuldade de aplicar os nomes de topo geográficos abertos. O que acontece se for um TLD de marca? Também deve estar aberto?

DAVID FAIRMAN:

Vamos deixar o Michele responder.

MICHELE NEYLON:

É uma maneira muito interessante de focar e tratar um tipo particular de solicitante de registro. Porque a marca é um registro inteiramente fechado. Um único registrante, que também é uma parte contratada, é somente isso. E isso não deveria ser complicado, deveria ser simples e fácil.

nível

PT

Eu não concordo com alguns dos argumentos feitos pelos advogados de propriedade intelectual. Temos (ininteligível) deveria ser uma questão bem fácil. Eu não sei porque deve ser um problema. E se houver algum abuso, então, todas as argumentações que tivemos durante anos são, realmente, estúpidas.

Outra coisa, voltando para essa questão, é que eu concordo com esses serviços de vigilância, eu sei que existem. Não concordo com o Jorge, que isso possa se tornar em um Big Brother, não, mas eu sei que é um ponto interessante essa questão da atribuição de um nome geográfico ou não.

EMILY BARABAS:

Só um comentário feito de forma remota por Ashley Graham: a ICANN supervisionaria o uso não geográfico do TLD. Mas a ICANN não é uma empresa de controle de conteúdo online. Está fora do escopo dela monitorar. Todo esse trabalho deveria ser dos governos e das comunidades, que não têm os recursos necessários.

DAVID FAIRMAN:

Quanto deveria ser monitorado? A sugestão não era que a atividade em um segundo nível seria da ICANN. Simplesmente

nível

PT

isso se aplicaria aos nomes de domínio de segundo nível. Se isso é bom, se isso é ruim, eu não sei.

JORDYN BUCHANAN:

Jordyn Buchanan, da Google, obrigado. Nesse contexto, eu não sei se é bom ou se é ruim, mas combinando os pensamentos do pessoal aqui da sala, essa questão do straw man, que é uma loucura. É uma questão que deveríamos pensar. A pessoa substituta.

E para o caso em que uma carta for necessária por parte do governo, teríamos essa relação contratual entre o governo e o solicitante. Em teoria, poderíamos fazer com que a ICANN solicitasse com que o solicitante, nesses casos, obtivesse o consentimento de oferecer ao governo algum tipo de contrato que o governo pudesse assinar.

Isso poderia, o que é muito importante do ponto de vista jurídico, mas apenas serviria para poder aplicar esses mecanismos de nomes geográficos.

ANNEBETH LANGE:

O que é uso não geográfico? Estamos falando aqui de quem registra e a que nível, mas isso não é tudo. Se tomarmos um exemplo de .CA para o Canada, é um código de duas letras, e

nível

PT

hoje dizemos .CAN. Essa pode ser um palavra genérica para “can”, que em inglês seria “lata”. Então, ali não seria geográfico, não seria para o Canada, mas seria para o que tem a ver com latas, ou aqueles que gostam das latas.

Todas as organizações no Canada que não conseguiram registrar esse nome sobre o nome .CA o fariam sobre o .CAN, e aí geraria muita confusão, porque uma política é global. Toda a política da ICANN aplicaria-se a .CAN, e o .CA estaria segundo a política nacional.

Então, o usuário ficaria confuso. Eu acho que deveríamos aconselhar a não expandir.

DAVID FAIRMAN:

Espero que as próximos intervenções... e vamos acabar depois.

MANAL ISMAIL:

Manal Ismail, do Egito. Isso tem vinculação, novamente, com o comentário que eu fiz na sessão anterior. É muito difícil dizer a partir do TLD em si que temos que chegar a um segundo nível. Inclusive, no segundo nível, pela cadeia em si, não garante, não indica com certeza se é um uso geográfico ou não. Então, lentamente vamos chegando ao conteúdo e a ICANN não

nível

PT

controla o conteúdo. Eu tenho certeza de que os governos não vão querer fazer esse exercício.

Então, eu sou bastante cético sobre como vai ser implementado.

JEFF NEUMAN: Eu quero fazer uma distinção. Teria a mesma preocupação se fosse um TLD fechado, como uma marca que tem um propósito específico, que apenas se pode utilizar para determinados fins? É a mesma pergunta da Annebeth, porque eu acho que ambas mencionaram essa preocupação.

DAVID FAIRMAN: Quer responder?

MANAL ISMAIL: Eu não pensei antes, mas eu acho que teria menos preocupação. Me preocupa mais se é um nome genérico. Mas isso é uma resposta inicial.

DAVID FAIRMAN: Passamos ao microfone número dois, depois vamos ter que parar.

nível

PT

SUSAN PAYNE:

Sou Susan Payne. Eu quero mencionar que não estou dizendo que será fácil, ou simples. Algumas pessoas talvez não estejam totalmente satisfeitas. Mas nas disposições contratuais, condições de registros e nas políticas, isso poderia incluir coisas como as seguintes: caso se utilize nome de segundo nível, que seja uma infração, retiro potencialmente ou até poderia suspender, mas potencialmente poderia ser retirado o uso.

Mas isso pode ser totalmente aplicável. E se esse é o preço para que o TLD seja delegado, vai ter um incentivo importante para assegurar e monitorar aqueles nomes que estão em infração.

É um risco perder o TLD.

DAVID FAIRMAN:

Temos que ir fechando por hoje. Posso dizer que ainda teremos mais para ver. Vou passar a palavra aos copresidentes para que falem dos próximos passos.

JEFF NEUMAN:

Na tela, estão as... não funcionam essas. Então, vou tentar falar do que lembro. Temos um endereço de e-mail, enviamos e dizemos a todos na terça-feira que ele estava disponível e está aberto. Se querem apresentar algum comentário, podem fazer através do website.

Como falamos antes, esperamos ter um dia muito construtivo com a comunidade, inclusive a ccNSO, o GAC, a GNSO e a LAC. Desculpas aos colegas do ALAC.

Como já falamos, vamos avançar. O grupo de PDPs da GNSO tem um mandato de analisar essas questões e nosso objetivo é desenvolver uma série de recomendações para março de 2018, para a reunião 61 da ICANN, e esperamos ter mais comentários.

Agradecemos a todos. Temos uma diversidade de pontos de vistas não só quanto a questão central, mas também quanto ao processo. Mas eu acho que demonstramos que podemos estar todos na mesma sala e termos um diálogo construtivo sobre temas sensíveis e difíceis. Muito obrigado por ficarem até essa hora na última sessão.

Realmente quero agradecer aos nossos moderadores, David Fairman e Julie Golomb, que são do CBI e trabalharam de maneira incansável não só essa semana, mas também em outros momentos. Contratamos eles há uma ou duas semanas e eles se preocuparam para estarem a par das temáticas. Fizeram um trabalho maravilhoso.

Pessoalmente, acho que esse seria um modelo no qual poderíamos falar para resolver outros temas muito sensíveis e complicados. Obrigado.

nível

PT

Por último, mas não menos importante, quero agradecer ao pessoal da ICANN que nos ajudou durante muito tempo. Muito obrigado a todos. Acho que é hora dos drinks. Obrigado.

[FIM DA TRANSCRIÇÃO]